

FRANCISCO J. BARROS LEONARDO

# POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL



ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA MUNICIPAL  
INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COMBATE  
À POBREZA NO MUNICÍPIO DO LUBANGO, 2012/2014



# **POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Análise do Impacto Social do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza no Município do Lubango, ano de 2012-2014

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Mestre em Governação e Gestão Pública pelo Centro de Pesquisas de Políticas Públicas e Governação Local - Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

Orientador: PhD Fernando Faria

© **Francisco João Barros Leonardo, 2023**

**Título:** Políticas de administração local

**Autor:** Francisco João Barros Leonardo

**Contactos para palestra, seminário e workshop**

E-mail: franciscoleonardo36@hotmail.com

**Edição e paginação**

Lucas Cassule

**Design de capa**

Lucas Cassule

**Foto de capa**

Shutterstock

**Execução Gráfica**

ésobrenós Editora

**Revisão**

Sukiankasa Nsambu

**Marketing e publicidade**

Alusapo

**Conselho Editorial**

Alzira Simões | Dito Benedito

**Depósito legal:** 12055/2023

**ISBN:** 978-989-9133-15-0

1.ª Edição: Agosto de 2023

**Tiragem:** 500 exemplares

**Impressão e acabamento:** Gráfica Mwangolê

---

**ÉSOBRENÓS EDITORA**

Alvalade, R. Fernão M. Pinto, n.º 57 | Luanda – Angola

É expressamente proibida a reprodução deste opúsculo, no todo ou em parte,  
seja por quaisquer meios sem autorização por escrito do autor.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	11
IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA -----	13
DELIMITAÇÃO DO ESTUDO-----	14
OBJECTIVO GERAL -----	15
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS-----	16
METODOLOGIA-----	16
CAPÍTULO I – ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEPTUAL -	19
1.1. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO -----	19
1.1.1. O DESENVOLVIMENTO NA TEORIA WALT WHIT-	
MAN ROSTOW -----	19
1.1.2. O DESENVOLVIMENTO NA TEORIA SCHUMPE-	
TERIANA-----	20
1.2. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ---	24
<b>1.2.1. MAS AFINAL, O QUÊ É O DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>LOCAL?</b> -----	28
1.3. OS DESAFIOS DO MILÉNIO -----	34
1.4. DESAFIOS ACTUAIS DO DESENVOLVIMENTO LO-	
CAL EM ANGOLA-----	42
CAPÍTULO II – ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO	
LOCAL -----	49
<b>2.1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL</b>	
<b>INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COM-</b>	
<b>BATE À POBREZA</b> -----	49
2.1.1. EIXOS ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA	
INTEGRADO AO COMBATE À POBREZA E DESEN-	
VOLVIMENTO RURAL -----	51
2.1.2. OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS -----	51
2.1.3. PREMISSAS RELATIVAS À CONSECUÇÃO DOS	
OBJECTIVOS -----	53
2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL INTEGRA-	
DO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COMBATE À	
POBREZA NO MUNICÍPIO DO LUBANGO-----	54
2.3. A DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA	

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ANGOLA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL ----- 68

2.3.1. DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO EM ANGOLA – OS CAMINHOS E FUTUROS DO PROCESSO DE AUTARCIZAÇÃO NO CONTEXTO DE ANGOLA ----- 68

2.3.2. CONCEPTUALIZAÇÃO DO PODER LOCAL *VERSUS* AUTARQUIA LOCAL ----- 70

2.3.3. REFORMA POLÍTICA, DESCENTRALIZAÇÃO E AUTARCIZAÇÃO ----- 72

2.3.4. DESCONCENTRAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E AUTARCIZAÇÃO ----- 75

2.4. AS IMPLICAÇÕES DA REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM ANGOLA  
77

CAPÍTULO III - TRATAMENTO DA UTILIDADE DE ESTUDO ----- 81

3.1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DO LUBANGO ----- 81

3.1.1. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO ----- 81

3.1.2. FUNDAÇÃO DA COLÓNIA DO LUBANGO À ACTUALIDADE ----- 82

3.1.3. LOCALIZAÇÃO E LIMITES ----- 83

3.1.4. DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA ----- 83

3.2. DADOS GERAIS DA INVESTIGAÇÃO ----- 84

3.2.1. NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO ----- 84

3.2.2. NO DOMÍNIO DA SAÚDE ----- 85

3.2.3. NO DOMÍNIO DO “ÁGUA PARA TODOS” ----- 86

3.3. ANÁLISE DA EFICÁCIA DO PROGRAMA NO CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS ATRAVÉS DOS BENEFICIÁRIOS ----- 88

CONCLUSÃO ----- 107

BIBLIOGRAFIA ----- 123

## PREFÁCIO

Os assuntos de natureza local estão mais próximos dos cidadãos. O Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza implica o envolvimento do governo local, considerando o desenvolvimento de políticas e serviços públicos de forma mais eficaz e integrada num sistema político descentralizado que envolva as autoridades locais, tendo como base o seu conhecimento, o que permite proporcionar melhores serviços.

Desenvolvimento Local é o elemento fundamental para a promoção do bem-estar social e económico dos cidadãos; tem a ver com o desenvolvimento sustentado das regiões e, em sentido mais amplo, com o desenvolvimento dos países. A promoção do desenvolvimento ao nível local é, assim, uma prioridade que se faz mais evidente no país, de forma a garantir uma mais harmoniosa distribuição da riqueza e do rendimento para a sustentabilidade do território, a promoção social e política dos cidadãos e uma cidadania mais plena.

O desenvolvimento local garante a utilização mais racional, eficaz e eficiente dos recursos escassos, disponíveis de forma descentralizada e participada pelos cidadãos, o que, de modo sustentado, possibilita ir ao encontro das necessidades, interesses e objectivos dos cidadãos. Este, o desenvolvimento local, reveste-se, assim, de importância fundamental, pois instaura uma estratégia que parte do território e da comunidade de cidadãos no sentido de fazer frente aos problemas que se colocam aos Municípios e Cidades, visando a promoção do bem-estar geral das populações, bem como a elevação do nível de rendimento e de riqueza, reduzindo, por um lado, as desigualdades económico-sociais e, por outro, promovendo a inclusão social.

O Plano Integrado de Desenvolvimento Local não pode deixar de considerar um conjunto de aspectos ligados à governança e às suas características como forma de promover a eficiência, a eficácia e a economia dos territórios.

Na dimensão democrática, permite a participação dos cidadãos, a melhoria da acessibilidade ao governo local e um desenvolvimento mais activo na proximidade com os cidadãos. Ao mesmo tempo, é possível o desenvolvimento de políticas e serviços públicos mais eficazes.

Deve-se fazer com que o desenvolvimento local seja uma ferramenta na governação dos Municípios e Cidades – uma abordagem que se reveste de importância fundamental. Em face das dimensões da governação, os Municípios e Cidades podem melhorar a cooperação local, mobilizar recursos, promover iniciativas e orientar os investimentos no desenvolvimento da economia local; podem, igualmente, adaptar e organizar as políticas continentais e nacionais para as necessidades locais.

É nesta perspectiva que se revela oportuna a publicação deste livro, intitulado **“Políticas de Desenvolvimento Local”**, um contributo inquestionável para a compreensão do desenvolvimento local, este que se traduz num desafio sempre presente e necessário, uma vez que os seus resultados se reflectem no desenvolvimento nacional.

**Maria João Francisco Chipalavela**



Nos dias de hoje, temáticas sobre desenvolvimento sustentável, descentralização, desconcentração, combate contra à pobreza, transformação digital, transição energética, activos intangíveis e gestão do conhecimento, são actuais e induzem mudanças significativas no paradigma tradicional de Administração<sup>1</sup> e Gestão<sup>2</sup> Públicas contemporâneas, constituindo, deste modo, objecto de pesquisa entre investigadores no domínio das políticas públicas no mundo e em Angola, em particular.

Coube à mim a elevada honra, a convite do Ilustre Dr. Francisco J. Barros Leonardo, fazer o prefácio da sua obra intitulada *“Políticas de desenvolvimento rural: análise do impacto social do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza no Município do Lubango, 2012-2014”*.

Trata-se de uma obra resultante da experiência do seu autor, contextualizada à realidade das políticas públicas de desenvolvimento rural e do mestrado feito com distinção no Centro de Políticas Públicas da Universidade Agostinho Neto (UAN).

A obra desdobra-se sobre a problemática do desenvolvimento local no âmbito do Programa de Combate à Pobreza nas suas variadas dimensões, seu impacto social em Angola, e no Município do Lubango, em particular, no período de 2012 a 2014, com suporte aos compromissos internacionais sobre a temática. Asseguro, a obra representa uma contribuição significativa aos estudos das políticas públicas para o combate à pobreza e desenvolvimento rural, abordando novos paradigmas sobre as temáticas transversais da administração e gestão públicas da actualidade, caracterizadas pela aplicação

---

1 A **Administração Pública** concentra-se na produção de políticas públicas e na coordenação dos programas públicos.

2 A **Gestão Pública** é uma subdisciplina da Administração Pública que envolve a realização de actividades de gestão no âmbito das organizações públicas.

eficaz do capital intelectual<sup>3</sup>, nas suas dimensões estrutural, humana e relacional.

A abordagem trazida nesta obra, é consolidada pela ampla experiência prática do seu autor na Administração Municipal do Lubango, como Administrador e do mestrado em Políticas Públicas obtida na UAN, o que enriqueceu sobremaneira as suas pesquisas.

A análise prática multidimensional e multidisciplinar sobre o combate à pobreza e desenvolvimento rural contextualizada a realidade, é um diferencial, que torna a obra como referencia incontornável na abordagem dessas temáticas em Angola, e no Município do Lubango, em particular.

Por estas razões, entre outras que se revelam no conteúdo da obra do Dr. Barros, é com muito orgulho e elevada satisfação que faço o presente prefácio, recomendando a presente obra aos especialistas e estudantes das políticas públicas da luta contra a pobreza e desenvolvimento rural em Angola.

Boa leitura a todas e a todos!

Com muita honra,

Alberto Raimundo Watchilambi Wapota, PhD

Lubango, 20 de Julho de 2023.

---

<sup>3</sup> Capital Intelectual é um activo intangível contido nos recursos humanos de uma empresa e em documentos gerados na sua estrutura, como relatórios, e memorandos, arquivos electrónicos e, especialmente, na sua experiência prática. Ele está expresso em formas de conhecimento explícito (existência concreta) e conhecimento tácito (intuitivo) e compreende à três seguintes dimensões:

a) Capital Humano: recursos humanos, competência dos empregados, pessoas: benefícios que o indivíduo pode proporcionar às organizações como consequência da sua perícia, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma colectiva e dinâmica;

b) Capital Estrutural: capital organizacional, activos intelectuais (capital de inovação), estrutura interna (capital de processos).

c) Capital Relacional: “capital cliente”, “estrutura externa”.

# INTRODUÇÃO

As questões relativas ao desenvolvimento têm sido abordadas por vários sectores e fazem parte, actualmente, das políticas públicas que os governos, as organizações internacionais e não governamentais têm se dedicado para reduzir os problemas ligados à pobreza e não só. Nesse contexto, as Nações Unidas reconhecem que o desenvolvimento é um processo económico, social, cultural e político abrangente, que visa a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base na sua participação activa, livre e significativa no processo de desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios deles.

O direito ao desenvolvimento é um direito humano reconhecido pelos países membros das Nações Unidas, sem, portanto, um direito fundamental quanto os direitos humanos anteriormente proclamados, sendo com estes interdependentes.

Apesar dos grandes progressos internacionais acerca do tema (declarações, tratados e compromissos entre Estados), é essencial que os esforços sejam ampliados, pois o direito ao desenvolvimento mostra-se actualmente como um objectivo muito penoso para os países menos desenvolvidos, tendo-se em vista que não possuem recursos para custear sozinhos programas que permitam o alcance do desenvolvimento.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre outras actividades, o PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, bem como executa projectos que contribuam para melhorar essas condições de vida nos 166 países onde possui representação. É conhecido por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como por ser o organismo inter-

nacional que coordena o trabalho das demais agências, fundos e programas das Nações Unidas - conjuntamente conhecidas como Sistema ONU - nos países onde está presente.

Assim, nos seis (6) eixos estratégicos do programa, a nossa análise, teve maior incidência nas três (3) áreas mais sensíveis em termos de preocupações com maior relevância social: os sectores da Educação, Saúde e Água para Podos, onde a satisfação das comunidades é maior.

O desenvolvimento local, de forma resumida, pode ser visto como resultado de um conjunto de estratégias, que deve assegurar o aproveitamento de oportunidades e das capacidades locais para o território em questão, seja comunidade, município ou micro-região a médio e curto prazo (MARIA, Oliveira et al 1999).

O conceito de pobreza é extremamente complexo. Pode ser definido de acordo com um estudo, do ponto de vista económico, caracterizado pela ausência de recursos de várias naturezas ou através de um determinado juízo de valor em termos relativos ou absolutos.

Angola sofreu com a guerra civil durante três décadas, aproximadamente. Durante este período lastimoso, o desenvolvimento humano e o crescimento económico foi considerado como estático. Para colocar fim neste capítulo, o governo do país, baseando nos indicadores de pobreza do país e também no compromisso acordado com as Nações Unidas, em colaborar para o alcance de um dos objectivos do milénio que passa por “Erradicar a Fome e a Pobreza Extrema até 2015”, criou e implementou o **Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP)**. A sua implementação teve início em 2010 e prioriza o incremento em termos de expansão e desenvolvimento em todos os sectores do país, nomeadamente: saúde, educação, agricultura, energia e água, bem como habitação e comércio rural.

E precisamente sobre esta temática que incide o presente trabalho subordinado ao tema «Análise do Impacto Social do Programa Municipal

Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza no Município de Lubango», que busca estudos importantes sobre este programa em termos da sua implementação no período de 2012 a 2014.

De acordo com a Constituição da República de Angola de 2010, no seu artigo 201º sobre o Poder Local, está plasmado que a organização democrática do Estado ao Nível Local estrutura-se com base no princípio da desconcentração administrativa que compreende a existência de formas organizativas do poder Local a nível de Autarquias Locais, Autoridades tradicionais e outras formas de organização.

O presente trabalho, está orientado sobre um trabalho de investigação que se realiza no Centro de Pesquisas de Políticas Públicas e Governação Local - Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto para a obtenção do grau de Mestre em Governação e Gestão Pública. De forma concreta, pretende-se com a referida dissertação académica, efectuar-se uma análise profunda da eficiência e do impacto de algumas acções em termos do PMI-DRCP implementado no Município do Lubango, no período de 2012 a 2014.

## **IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA**

O Governo Angolano, tendo em conta a redução acelerada e sustentada da pobreza, apresenta a Estratégia de Combate à Pobreza – ECP, que surge num contexto de consolidação da paz e na sequência dos objectivos e prioridades fixados nos programas do Governo que advogam a necessidade de se promover um desenvolvimento económico e social abrangente e sustentável (Estratégia de Combate à Pobreza 2004).

No período 2011-2016 o Executivo Angolano concebeu o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural de Combate à Pobreza (PMIDRCP), cuja implementação fez com que o país apresentasse uma taxa de crescimento moderada até ao ano 2014. Com a baixa do preço do barril de petróleo no mercado internacional, desde o princípio de 2015, o PMIDRCP, foi um programa que contribuiu para melhoria na satisfação das necessidades

básicas dos cidadãos, deixou de ser implementado dentro dos níveis previstos. Após a fase de aplicação do programa acima referido, vislumbrou-se a importância de desenvolver uma abordagem que possibilita avaliar quantitativa e qualitativamente o impacto do mesmo nas comunidades do Município do Lubango.

Nessa linha de ideias, o trabalho de investigação científica que propomos apresentar, prevê responder um conjunto de questões relacionadas com as diferentes áreas sócio-económicas do Município, de acordo com implementação do PMIDRCP, dentre elas é elencada a seguinte questão: **Qual foi o impacto das políticas públicas de Desenvolvimento Local no âmbito do PMIDRCP implementado no Município do Lubango entre o ano de 2012-2014?**

## DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A importância do presente estudo, reveste-se na tamanha relevância que não será possível abordar na totalidade a nível da investigação, uma vez que todo o processo de inclusão onde o desenvolvimento rural e o combate à pobreza se encontram interligados, e os mesmos não podem estagnar-se apenas dentro do pacote de políticas públicas. Ao longo deste estudo científico que nos propusemos, existiu a fase de consulta pública sobre a qual os beneficiários do programa manifestaram os seus depoimentos, o que é de extrema importância para a avaliação e melhoria do programa no seu todo. Nesta conformidade, torna-se importante considerar ao que se designa por empoderamento (*empowerment*), que se define como uma postula em que as pessoas, para além de beneficiarem das políticas **públicas e práticas** sociais a elas destinadas, também devem contribuir para o desenvolvimento do referido processo através do monitoramento e avaliação de políticas, dos serviços e dos programas (Friedmann, 1996 e Iorio; 2002).

Este estudo, foi delimitado na base da implementação do programa de combate à pobreza no período de 2012 a 2014 no Município do Lubango, e incidiu na avaliação dos seis (6) principais eixos estratégicos, isto é, a Saúde, o Empreendedorismo e Crédito Rural, Acesso aos Serviços Públicos, Alimentação e Mobilização Social, Educação e Ensino, onde, os eixos que têm a ver com a Educação, Saúde e Água para todos, mereceram maior relevância nes-

te estudo devido à sua importância e necessidade por parte das populações, cujo objectivo primário é a luta contra a pobreza, a sua redução é promover um desenvolvimento sustentável para todos.

A implementação deste estudo de investigação científica, teve suporte do relatório de execução do Governo Provincial da Huíla e da descrição do programa feito pela Administração Municipal do Lubango, onde para além dos aspectos positivos da sua implementação, também foram verificados alguns pontos fracos que foram identificados. Dentre eles, destacam-se:

- ✓ Igualdade dos orçamentos para todos os municípios do país, concebidos a partir do Governo Central, sem se ter em consideração factores e princípios básicos que têm a ver com os aspectos sócio-económicos de cada município, a densidade populacional e infraestrutural;

- ✓ Definição de modelos rígidos de projectos a implementar em todos os municípios;

- ✓ Importa também referir que as fraquezas são as debilidades do sector primário e secundário em conjunto com uma reduzida capacidade de investimentos associados à insuficiência de competitividade e reduzidas iniciativas privadas. No que diz respeito ao mercado local de emprego por meio de iniciativas privadas, o quadro a nível do município, está bastante dependente da Administração Pública e/ou sectores tradicionais poucos intensivos em capital e equipamento, e muitos voltados ao mercado local regional com características meramente de subsistência.

## **OBJECTIVO GERAL**

Tendo como objectivo discutir teoricamente as contribuições no Desenvolvimento Económico Local na prática de políticas públicas municipais, tanto em perspectivas teórico-críticas quanto em conservadoras ou liberais, a pobreza tem sido historicamente conceituada como “insuficiência de renda e carência de recursos materiais necessários para vida”. Em termos metodológicos, Comim e Bagolin (2002), referem que os pesquisadores tendem

a fixar-se em aspectos materiais pela razão óbvia de que dados empíricos e quantificáveis de renda, são mais fáceis de lidar. Outra razão está relacionada à própria natureza do capitalismo; pela primeira vez na história, a dimensão económica mostra-se central para a caracterização e a dinâmica das formações sociais.

O presente estudo explora conceitos pertinentes à políticas públicas; analisa os aspectos que envolvem a linha teórica sobre desenvolvimento, na perspectiva do Desenvolvimento Económico Local através do PMIDRCP nesta perspectiva, levantou-se o seguinte objectivo geral:

✓ **Apontar as contribuições para o Desenvolvimento Local na implantação de Políticas Públicas Municipais do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP) e os resultados que apontam para significativas contribuições às políticas públicas, principalmente no aspecto do Capital Social.**

## OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

✓ Analisar o impacto do PMIDRCP no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Município do Lubango;

✓ Descrever as opiniões da população sobre as acções de desenvolvimento rural e combate à pobreza realizadas entre os anos 2012-2014;

## METODOLOGIA

### A) DESENHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Tipo de investigação: usou-se o Método Descritivo-Analítico.

**População e Amostra:** este estudo de caso, foi obtido por intermédio de inquérito realizado pelo autor deste trabalho aos funcionários públicos adstritos à administração local (Administração Municipal do Lubango), membros do Conselho de Auscultação e Concertação Social do Município de Lubango, académicos e população em geral. Num universo de 750 pessoas



com uma amostra de 225, correspondente à 30%.

## **b) Métodos, técnicas e procedimentos a empregar para recolha de informação**

### **Métodos teóricos**

- **Análise e Síntese:** para tratar dos problemas essenciais do nível de execução do PMIDRCP à nível do Município de Lubango;
- **Histórico-Lógico:** para a compreensão da evolução do processo de implantação do Programa, poderá se aferir o grau de satisfação e maturação durante os anos 2012-2014;
- **Sistémico-Estrutural:** elaboração de métodos de análise das políticas públicas implementadas a nível do PMIDRCP de modo a conferir o seu grau de eficácia e eficiência.

### **Métodos empíricos:**

- **Inquérito:** serviu para conhecer a opinião dos funcionários **públicos adstritos à administração local, membros do CACS (Conselho de Auscultação e Concertação Social), académicos e o grau** de satisfação das populações;
- **Análise-Documental:** este método serviu para analisar os documentos reguladores do PMIDRCP.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente apresenta-se uma introdução, a identificação do problema, a delimitação do estudo, os objectivos e a metodologia.

No primeiro capítulo, foi feita uma abordagem teórica e conceptual cujo destaque fundamenta-se nas teorias de desenvolvimento no âmbito das políticas públicas de combate à pobreza bem como os conceitos de desenvolvimento local e os desafios do milênio. No segundo capítulo, refere-se à estratégia para o desenvolvimento local em que abordamos aspectos ligados ao programa, os seus objectivos, a identificação dos três principais problemas nacionais e os seis eixos estratégicos do programa de combate à pobreza em Angola. Para o terceiro capítulo, o tratamento da utilidade de estudo em termos de investigação científica e, portanto, no fim, apresentamos o resumo do trabalho, os anexos e a bibliografia consultada.



# CAPÍTULO I – ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEPTUAL

## 1.1. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO

As Teorias de Desenvolvimento enquadram-se no âmbito do estudo das políticas sociais de combate à pobreza. Daí haver várias teorias para o aprofundamento conceitual do Desenvolvimento Local.

### 1.1.1. O DESENVOLVIMENTO NA TEORIA WALT WHITMAN ROSTOW

**Walt Whitman Rostow** propõe uma teoria dinâmica da produção, baseada na observação de sociedades realmente existentes, e não em modelos teóricos que consideram o desenvolvimento económico como um processo de desdobramentos logicamente encadeados em etapas que se articulam. Suas ideias foram influenciadas pela sucessão de diferentes momentos históricos que caracterizaram o desenvolvimento europeu, tais como a Revolução Industrial, a Segunda Guerra Mundial e a reconstrução no período do pós-guerra. O conceito de desenvolvimento, segundo Rostow, é vinculado ao crescimento económico, o qual se daria com a industrialização, significando, portanto, modernização.

Nesse sentido, sua perspectiva vai ao encontro da de outros autores clássicos que, como Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal, construíram, no mesmo período, teorias sobre o subdesenvolvimento nitidamente marcadas pelas lentes políticas dos países capitalistas centrais. Inserido nas discussões de sua época, e reproduzindo um referencial amplamente aceite entre os economistas mais ortodoxos, Rostow acreditava que o desenvolvimento económico teria suas bases consolidadas através da intervenção sectorial na economia, de modo que o crescimento industrial se traduziria em modernização. Após a Segunda Guerra, os países procuraram acelerar o crescimento económico, aumentar a renda e diminuir a pobreza por meio de medidas de industrialização.

zação compulsória. Analisando esse processo, o autor confronta sociedades diversas por meio de perspectivas económicas, mostrando quais seriam as condições necessárias para se alcançar tal modernização.

### 1.1.2. O DESENVOLVIMENTO NA TEORIA SCHUMPETERIANA

Por sua vez, **Joseph Schumpeter**, trouxe inúmeras contribuições à teoria económica e à discussão sobre o desenvolvimento, distribuídas num vasto conjunto de artigos e livros. Assim sendo, sumariar uma perspectiva schumpeteriana torna-se um desafio considerável, isso porque, ao longo do tempo, ela esteve sujeita ao processo de inovação não somente cumulativos, como também radicais e abruptos. Da mesma forma que as inovações estudadas por Schumpeter, suas teorias também devem ser compreendidas em seu carácter evolucionário. Isso é válido não apenas em relação aos desdobramentos que elas tiveram em diferentes vertentes neoschumpeterianas – algumas das quais muito próximas da moderna Teoria dos Jogos e que provavelmente causariam inquietações no próprio Schumpeter –, mas também em relação à evolução da trajectória académica e política deste pensador. Três obras são, particularmente, recorrentes nas tentativas de decifrar a evolução de suas formulações: “Teoria do Desenvolvimento Económico”, publicada em 1911, quando o autor ainda residia na Áustria, e traduzida para o Inglês apenas em 1934; “Business Cycles”, uma das obras de maior densidade teórica, publicada em 1939, quando Schumpeter já residia nos Estados Unidos; e, finalmente, “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, lançada em 1942, ou seja, três décadas após a primeira.

Enquanto a primeira obra apresenta conceitos fundamentais que guiarão toda a construção de uma teoria schumpeteriana evolucionária – focando a inovação e o progresso técnico, o papel do empresário inovador e a função do crédito –, já na segunda, representa uma densa contribuição teórica ao estudo dos fenómenos cíclicos da economia, mas foi menos difundida, em virtude, sobretudo, do lançamento simultâneo da Teoria Geral de John

Maynard Keynes, a qual, em face dos eventos do pós-guerra, passou a ser a principal novidade teórica da época. Por sua vez, a terceira obra, absorve a evolução que se verificou nos trinta anos decorridos desde a primeira publicação e, conseqüentemente traz algumas inovações teóricas, entre elas, a mudança de foco, que passa do empresário inovador para as organizações corporativas que se encontram à frente dos processos de inovação, os quais também se alteram qualitativamente. Ademais, nesse livro, Schumpeter discute o modo como ele entendia a configuração de um “estado estacionário do capitalismo”, que levaria à emergência do socialismo, analisando essa mudança mais como um processo evolucionário do que revolucionário, tal qual previra Karl Marx.

Alguns autores que revisaram a teoria schumpeteriana tendem a salientar os aspectos de descontinuidade e ruptura que existem entre as três obras. Da nossa parte, preferimos interpretá-las como expressões de uma evolução teórica ocorrida concomitantemente com as mudanças nada desprezíveis que a sociedade experimentou entre 1911 e 1942. De facto, aqueles que prospectam em Schumpeter um modelo único passível de ser replicado em todas as circunstâncias encontrarão dificuldades em compreender essa evolução teórica. A rigor, contudo, poderíamos afirmar que a unidade de sua obra é mais consistente do que a de outros grandes economistas clássicos e contemporâneos, entre os quais o próprio Marx, por quem Schumpeter sempre nutriu grande admiração. Por outro lado, trata-se seguramente de uma trajetória mais heterogênea do que aquela seguida por economistas que, excluindo de suas análises o tempo e o espaço, preferiram abraçar modelos de equilíbrio geral, a exemplo de Léon Walras, que também mereceu o reconhecimento de Schumpeter.

Na seqüência, será exposta a configuração de uma Teoria do Desenvolvimento segundo a formulação schumpeteriana. Impõem-se duas considerações preliminares para situar adequadamente essa análise.

Em primeiro lugar, está claro que, para Schumpeter, o aspecto fundamental do desenvolvimento económico diz respeito ao processo de inovação

e às suas consequências na organização dos sistemas produtivos (SOUZA, 2012). Assim, enquanto novos produtos e processos forem gerados, a economia estará em crescimento. Os investimentos em inovação dinamizam o crescimento, gerando efeitos em cadeia sobre a produção, o emprego, a renda e os salários.

Em segundo lugar, cumpre estabelecer uma distinção entre crescimento e desenvolvimento, embora ela tenha, para Schumpeter (1982), um efeito mais didático do que teórico. Embora o autor defina crescimento como o resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que ocorrem em determinado sistema económico, ele vê no desenvolvimento um processo de outra natureza, a saber, uma mudança qualitativa mais ou menos radical na forma de organização desse sistema, gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com o seu movimento regular e ordenado. Para se compreender essa distinção e o efeito da inovação sobre o processo de desenvolvimento, importa analisar o modelo que Schumpeter cria para explicar uma economia sem desenvolvimento. É a partir desse modelo que o autor destaca os impactos das inovações, revelando porque elas podem ser consideradas promotoras de desenvolvimento. O modelo schumpeteriano de “economia estacionária” (sem desenvolvimento, mas com crescimento), organiza-se em fluxo circular, o que constitui uma espécie de sistema de equilíbrio geral – tal qual preconizado por Walras –, onde as relações entre as variáveis produtivas se encontram em condições de crescimento equilibrado, determinadas pelo ritmo do crescimento demográfico, ou por mudanças políticas. Isso significa que, nessas condições, há um ajuste equilibrado entre oferta e demanda, assim como entre poupança e investimento, de modo que o crescimento da economia acompanha o ritmo de acumulação do capital, mas sem criar diferenças expressivas nos níveis de distribuição, havendo uma expansão da renda determinada por pequenas variações na força de trabalho engajada no processo produtivo.

Por seu turno, as receitas provenientes do processo de produção reingressam no sistema fechado para financiar novas etapas de produção, de

modo que aqui o crédito não tem nenhum papel. As mudanças que ocorrem no sistema são marginais e não alteram substancialmente o equilíbrio geral; há apenas processos de adaptação (SOUZA, 2012). Nesse sistema fechado, todas as actividades e relações se processam de forma circular. As alterações internas são mais quantitativas do que qualitativas, e costumam ocorrer de forma lenta, contínua e cumulativa.

Trata-se, fundamentalmente, de um esquema de reprodução, onde os fenómenos e processos podem ser compreendidos por meio de uma análise estática. Esse sistema hipotético criado por Schumpeter explica uma situação de economia sem desenvolvimento. Inversamente, segundo o autor, a existência do desenvolvimento envolve uma mudança que gera perturbação desse estado de equilíbrio. Nota-se, assim, de antemão que, ao contrário do que ocorre na economia neoclássica, em que o agente económico busca o equilíbrio como condição para o desenvolvimento económico, o agente schumpeteriano – o empresário inovador – está sempre tentando romper esse equilíbrio, introduzindo inovações que geram concentração oligopolística, permitem aferir lucro puro (monopolístico) e produzem imperfeições no mercado.

É assim que Schumpeter (1982, pag. 74) expõe seu pensamento: entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida económica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera económica e que o fenómeno que chamamos de “desenvolvimento económico” é, na prática, baseado no facto de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento económico. Pretenderíamos com isso dizer que o “desenvolvimento económico” não é um fenómeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento deve ser procurada fora do grupo de factos que são descritos pela teoria económica.

De acordo com Schumpeter, essas mudanças surgem no âmbito da produção, e não do consumo. Assim como os demais autores clássicos, ele privilegia, em seu modelo de desenvolvimento, a oferta. Não há, porém, preocupação fundamental com o trabalho produtivo (Adam Smith), com a acumulação capitalista (Karl Marx) ou com a renda, o salário e a demanda efectiva (John Keynes). O fundamental aqui é o papel que tem a inovação ao introduzir descontinuidades que produzem desequilíbrios no sistema, levando a uma nova configuração qualitativamente distinta da anterior. A demanda, por sua vez, é compreendida basicamente na perspectiva da criação de novos mercados, um tipo de inovação que incentiva os produtores a alterar suas estruturas de produção e que gera lucros. Para Schumpeter, os consumidores são induzidos a consumir novos produtos, principalmente por meio de campanhas publicitárias. De certo modo, o autor acredita que, por constituírem novidade, os novos produtos sempre provocam sua demanda – o que lembra, neste caso, a chamada Lei de Say, segundo a qual “a oferta cria sua própria demanda”. Esse tipo de leitura irá receber críticas e aprimoramentos por parte de autores neoschumpeterianos.

## **1.2. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais. Mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar. Presente em várias áreas disciplinares, deu corpo a diversas teorias da mudança, mas também galvanizou e avaliou práticas e intervenções. É, desse ponto de vista, um dos conceitos com mais possibilidades de alimentar diálogos (ou confusões) interdisciplinares e de estabelecer pontes ou rupturas entre a teoria e a prática. Nestes últimos 60 anos, e em particular nos últimos 30 anos, o conceito conheceu várias versões, tornando-se mais complexo e menos linear na sua concepção e aplicação. Essa complexidade foi enriquecida pela contribuição de várias disciplinas e pelas experiências de várias práticas, tornando-se, por



seu turno, portadora de múltiplos desafios, quer no que se refere às abordagens interdisciplinares que exige, quer no que respeita às estratégias e aos métodos de intervenção que implica. Tornou-se, por isso, objecto de novas polémicas, mas também capaz de novas formulações e desafios e motivo de renovado interesse.

Nessa perspectiva, neste trabalho, pretende-se deixar alguns contributos para delimitar os principais traços de um percurso que vem, enquanto conceito cientificamente assumido, desde a Segunda Guerra Mundial até à actualidade, mas com referências ao início das sociedades industriais, no âmbito das quais ele ganhou possibilidade e desejabilidade, a partir das sociedades europeias, desde que as revoluções, que alimentaram a Revolução Industrial o viabilizaram materialmente e, as que fundamentaram a Revolução Francesa, o justificaram ética e culturalmente.

Caminho esse percorrido, essencialmente, na Ciência Económica, domínio disciplinar que, durante muito tempo, se apropriou e dominou a sua conceptualização, desde que Adam Smith escreveu, em 1776, a “Riqueza das Nações”, por muitos considerado o primeiro manual de Economia, e onde o autor precisamente tenta estabelecer «Um Inquérito à Natureza e às Causas da Riqueza das Nações» (título completo da obra), ou seja, do que, mais tarde se vai designar por «progresso» e «desenvolvimento».

Com vista, então, a delimitar e caracterizar, de forma sucinta, o percurso do conceito e das práticas de desenvolvimento ao longo dos últimos 60 anos, com incursões aos últimos 200 anos, este artigo está dividido em dez pontos:

1. No primeiro, procura-se definir o seu sentido geral, justificá-lo e apresentá-lo – é o que se faz nesta introdução;
2. No segundo («O nascimento do conceito no pós-guerra»), situam-se as razões e o contexto do seu nascimento e afirmação, como conceito das Ciências Sociais, no pós Segunda Guerra Mundial;
3. No terceiro («Um conceito euro-centrado»), sublinha-se a importância da matriz histórico-cultural (as sociedades industriais europeias,

resultantes da Revolução Industrial e da Revolução Francesa e de todas as outras que as prepararam e completaram), de que o conceito se imbiu à nascença, marcando-lhe, fortemente, o conteúdo e os objectivos e os consequentes processos de operacionalização e estratégias;

4. O quarto («Desenvolvimento e crescimento económico»), recorda a relação umbilical, por vezes de promiscuidade, que uniu, desde o início, o conceito de desenvolvimento aos de crescimento económico e modernização, dando-lhe um carácter excessivamente economicista nos primeiros tempos, com repercussões ao longo de todo o período, até à actualidade;

5. No quinto («Desenvolvimento desumano e injustiças estruturais a Leste e Oeste, a Norte e a Sul “Trinta gloriosos?”»), procura-se proceder a um certo balanço dos resultados dos primeiros trinta anos do pós-guerra, normalmente designados pelos «trinta gloriosos» ou «anos dourados», relevando os principais progressos e as principais privações (ou mesmo retrocessos) desse período, para utilizar a terminologia dos «Relatórios do Desenvolvimento Humano» do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);

6. No sexto («O ponto de viragem dos anos 70»), pretende-se analisar os factores que, entre os finais dos anos 60 e princípios dos anos 70, provocaram uma viragem decisiva na abordagem do conceito e nas suas práticas, levando a uma intensa busca de novas formulações, em que a expressão «desenvolvimento» vai aparecer ligada à uma enorme variedade de adjectivos, dos quais resultam pelo menos seis novos conceitos, com fundamentação científica e reconhecimento institucional no final do século XX;

7. São esses seis novos conceitos que o ponto sete («Os novos caminhos e desafios do desenvolvimento nos últimos 30 anos») visa apresentar, juntando-os por «famílias» (ou «fileiras») conceptuais e sublinhando os seus traços comuns, em termos de «valor acrescentado» em relação aos conceitos tradicionais;

8. No oitavo («Os desafios do milénio»), situam-se esses novos conceitos face aos principais problemas e desafios com que se está a iniciar o novo século, relacionando-os com os chamados «Desafios do milénio» da ONU, mas propondo uma formulação de síntese diferente e procurando estabelecer as suas ligações com os horizontes abertos pelos paradigmas científicos da pós-modernidade;

9. No nono («Um conceito renovado ou a abandonar? »), procede-se a uma espécie de balanço dessa evolução do conceito e das suas práticas e desafios, confrontando-o com as posições designadas por «pós-desenvolvimentistas», que advogam o seu abandono, por inútil e pernicioso nas sociedades actuais, dada a sua conotação ideológica de «dominação» e os seus resultados pouco animadores para os países do Terceiro Mundo;

10. Finalmente, no ponto dez («Desenvolvimento, Ciência e Acção — revisões paradigmáticas»), assume-se que, nas suas formulações mais recentes, o conceito é portador de potencialidades interessantes, nomeadamente no que se refere a uma visão pós-disciplinar (ou indisciplinar?) da Ciência e a uma epistemologia e metodologia científicas de acolhimento indutivo e impressionista, em que a Acção e a Emoção passam a ser convocadas pela Ciência, na construção do Conhecimento e na refundamentação da Prática.

Refira-se, por último, que este artigo está, inevitavelmente, marcado pelo «coeficiente pessoal» (à Schumpeter) do seu autor, na medida em que a minha experiência pessoal de leccionação e de investigação, nos últimos 30 anos, na área do Desenvolvimento e afins («Economia e Políticas de Desenvolvimento», «Desenvolvimento Local», «Economia do Território», «Economia e Ambiente», «Economia Social», «Metodologias de Intervenção para o Desenvolvimento», para só citar algumas disciplinas leccionadas, em várias Instituições Universitárias de Portugal<sup>4</sup> e de outros países, na Eu-

---

<sup>4</sup> Nomeadamente no I.S.C.T.E., Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Facu (...)

ropa<sup>5</sup>, em África<sup>6</sup>, na América do Sul<sup>7</sup> e na Ásia<sup>5</sup> em diversas licenciaturas, mestrados, pós-graduações e outras formações e/ou em vários projectos de investigação), foi deixando as suas marcas bem profundas na visão e na abordagem das questões do desenvolvimento.

Mais ainda porque a essa base teórica (e, em grande parte, académica) se foram adicionando, de uma maneira muito impressiva, todas as experiências vividas, nos últimos 30 anos, em vários projectos de desenvolvimento e de acção directa intensa junto das comunidades imigrantes e dos indivíduos e grupos sociais mais desfavorecidos em diversas regiões e localidades de Portugal e de outros países e continentes (em particular, África).

Essa é uma «marca» que previno desde já o leitor, pois condicionou decerto a reflexão que é apresentada a seguir. E isto porque, ao contrário do que certas concepções pretensamente científicas quiseram fazer crer, o cientista não é neutro nem 100% objectivo (supostamente como a água pura, ou seja, sem cheiro, sem sabor e sem cor...). A subjectividade e as emoções são partes constituintes importante da sua personalidade e do seu olhar sobre a realidade e, portanto, das suas matrizes de interpretação e da sua grelha de construção do conhecimento, como o famoso neurologista português António Damásio bem fundamentou no seu *best-seller*, “O erro de Descartes”.

Mais vale, por isso, explicitar essa «marca», ao invés de a escamotear.

### 1.2.1. MAS AFINAL, O QUÊ É O DESENVOLVIMENTO LOCAL?

O **Desenvolvimento Local** exprime, fundamentalmente, o processo de satisfação das necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local a partir, essencialmente, das suas capacidades, assumindo o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.

É um conceito que resulta do cruzamento de duas contribuições de-

5 Nomeadamente na Universidade de Santiago de Compostela e na Universidade de Ciências Sociais II de (...)

6 Nomeadamente em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

7 Nomeadamente na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de Uma. 5 Nomeadamente em Macau e Timor-Leste.

cisivas: a do paradigma territorialista, mais académico, e a das diversas experiências de terreno (via indutiva), que demonstraram a sua viabilidade e pertinência num contexto de globalização<sup>8</sup>. Teve uma grande aceitação na União Europeia, sobretudo na sequência dos Conselhos Europeus de Corfu (1993), Essen (1994) e Dublin (1996).

Muito se tem discutido nos últimos tempos sobre Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento do meio Rural. Antes, temos de definir ou delimitar o meio rural. Muitas definições são consideradas, mas vamos nos ater na que define meio rural como “espaço de realizações de actividades, onde coexistem homem e natureza numa relação íntima e altamente imbricada”. A dependência das actividades em relação aos fenómenos naturais influencia os caracteres culturais e sociais dos indivíduos, não raramente identificados como atrasados e incapazes de se adaptarem às constantes transformações da vida moderna (TURNES; BÚRIGO, 1999).

O meio rural tem sido, historicamente, considerado como *locus* da actividade primária e, à excepção de poucas regiões de Angola, a sua importância tem sido minimizada em relação às cidades, como simples fornecedora de mão-de-obra, de matéria-prima para a indústria urbana, de alimentos para o abastecimento das grandes capitais e, mais recentemente, de reserva ambiental, em alguns casos cerceando ainda mais as alternativas de desenvolvimento local.

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local,

---

<sup>8</sup> O que me levou, em reflexão anterior, a falar da necessidade de se adoptar uma perspectiva «glocal»

aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. De acordo com as condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o Desenvolvimento Local representa também alguma forma de integração económica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças (BUARQUE; BEZERRA, 1994), exigindo competitividade e especialização.

Do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento endógeno ou local, pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente económico gerado na economia local e/ou a atracção de excedentes provenientes de outras regiões (AMARAL FILHO, 1995).

Esse processo tem que resultar na ampliação da geração de emprego, do Produto Interno Bruto e da renda, da melhoria da qualidade de vida e num modelo de Desenvolvimento Local ambiental sustentável. A novidade do novo modelo é o engendramento de um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, que passa a ser estruturado a partir dos próprios actores locais e não mais pelo planeamento centralizado.

Essa estruturação é realizada por meio de um processo já definido por Boisier (1988) como “organização social regional”, que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autónomas por parte dos autores locais.

Por seu turno, o conceito de **Desenvolvimento Participativo** põe o acento tónico *na adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e*

*decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres*<sup>9</sup>.

Trata-se, neste caso, de um conceito fundamentado pelas ONGs (nomeadamente nórdicas), mas que foi rapidamente adoptado pelo Banco Mundial e por vários departamentos das Nações Unidas (traduzido, por exemplo, na definição do «novo ciclo de projectos», segundo uma lógica participativa).

Por outro lado, tem associado a si o conceito de «Empowerment», ou reforço de capacidades, competências ou poder, sendo, simultaneamente, uma pré-condição para a participação e o exercício da cidadania e um processo de formação e de aquisição de poder, que deles resulta em permanência<sup>10</sup>.

Esta «fileira» é a menos «institucionalizada» das três, apesar do acolhimento que recebeu nalgumas organizações, sendo, até por natureza, a que melhor se adequa à filosofia e ao trabalho das ONGs e dos grupos e associações da sociedade civil, o que é coerente com os seus conteúdos.

a) A «fileira» dos Direitos Humanos e da dignidade humana ou «fileira azul»<sup>11</sup> associa desenvolvimento ao respeito pelos Direitos Humanos fundamentais e ao compromisso de garantir limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana.

Teve a sua origem mais remota nas análises de Perroux sobre a «Economia do Homem» e, mais próxima, na reivindicação, surgida no ano 1970 (nomeadamente no âmbito da OIT e do Banco Mundial)<sup>12</sup>, de satisfação das *basic needs* como base imperativa, de um processo de desenvolvimento, antes de qualquer outro objectivo<sup>13</sup>.

Essa linha de preocupação veio depois a traduzir-se em dois conceitos nos anos 90: Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social.

---

9 Cf., entre outros, Bhatuagar e Williams (1992), Friedmann (1996) e Ghai (1990).

10 Cf. Friedmann (1996).

11 Sendo a mais institucionalizada de todas, esta «fileira» recebe a cor azul, para assinalar esse fac (...)

12 Salientando-se, entre outros, as contribuições de responsáveis dessas organizações, como Mahbub ul (...)

13 Como referências mais importantes assinalam-se: Ahluwalia (1976), Ghai (1978), Seers (1979) e Stree,

O **Desenvolvimento Humano** foi, pela primeira vez, formulado pelo «Relatório do Desenvolvimento Humano» do PNUD, em 1990<sup>14</sup>. Tem sofrido várias reformulações ao longo dos anos, sempre acompanhado pelo exercício interessante de apresentação de um novo indicador de aferição do conceito, o IDH — Indicador de Desenvolvimento Humano<sup>15</sup>. A ideia central nele contido é a do aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno, em várias dimensões (saúde, educação, bem-estar material, cultura, etc.). É definido actualmente como “processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens”.

É um dos conceitos de maior «peso institucional», dada a função desempenhada pelo PNUD e o aliciante adicional de ter ao lado um indicador próprio e de fácil e sugestiva aplicação.

O outro conceito, **Desenvolvimento Social**, surgiu em 1995, na Conferência de Copenhaga, organizada pela ONU para discutir e inventariar os problemas sociais do desenvolvimento. Visava também estabelecer alguns compromissos entre os países-membros, para se garantir níveis mínimos de bem-estar social, fixando-se limiares para essas garantias (ao nível, por exemplo, da educação, da saúde e dos valores de um salário mínimo, de um rendimento mínimo ou de uma pensão mínima)<sup>16</sup>.

O **Desenvolvimento Social** é, portanto, entendido como “o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais”.

14 Cf. P.N.U.D. (1990).

15 «Medida composta que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano — (...) P.N.U.D. (2003).

16 Em Portugal este conceito esteve na origem da criação do Instituto para o Desenvolvimento Social (i (...)



Finalmente uma referência ao conceito de **Desenvolvimento Integrado**, que, não tendo o mesmo peso científico e institucional dos anteriores, é referido transversalmente em todos eles. Pressupõe uma abordagem interdisciplinar e uma metodologia copulativa (do «e» e não do «ou», chamada disjuntiva), podendo ser concebido como *o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; o ser, o estar, o lazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc.*

Poderá este último ser o conceito integrador dos outros cinco?<sup>17</sup>

Em síntese, pode-se dizer que estes seis novos conceitos (e outros que para eles contribuíram) trouxeram um «valor acrescentado» importante, em relação às concepções tradicionais de desenvolvimento, que se pode resumir, no geral, em sete pontos, a saber:

- O seu carácter multidimensional, recusando qualquer leitura disciplinar (como a economicista anterior) e convocando uma visão interdisciplinar;
- A mudança do enfoque da satisfação de necessidades para a realização das capacidades das pessoas;
- A sua íntima relação com o conceito e os processos de cidadania, exigindo metodologias participativas e uma lógica de «empowerment», o que o associa à renovação dos sistemas democráticos;
- Uma nova relação com a Natureza baseada, na interdependência sistémica;
- A redefinição das suas bases territoriais, deixando de assentar apenas no Estado-Nação, para assumir uma multiterritorialidade que, para além da-

---

17 Têm aparecido também soluções de «acasalamento» dos conceitos referidos, tais como: Desenvolvimento (...)

quele, inclui os níveis supranacional e transnacional (definidores do global) e infranacional (ao nível local), podendo ser simultaneamente global e local (glocal);

— A sua associação a múltiplos protagonistas (todos os cidadãos e todos os seus modelos organizativos, formais e informais, públicos ou privados), e não apenas o Estado, as empresas e (para a distribuição da riqueza) os sindicatos, como no modelo anterior;

— A extraordinária diversidade dos caminhos propostos por estes novos conceitos, exigindo uma permanente criatividade e permitindo recuperar um dos princípios fundamentais da Vida, tão maltratado pelo uniformismo e massificação das práticas anteriores.

### 1.3. OS DESAFIOS DO MILÉNIO

Em face dos problemas com que o Mundo actual se debate e dos desafios com que se inicia o novo século, entendeu a ONU suscitar uma Cimeira do Milénio, em Setembro de 2000, da qual saiu uma histórica Declaração do Milénio, adoptada por 189 países, que definiu os objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Trata-se, de certo modo, de «um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana»<sup>18</sup> que implica um conjunto de compromissos, definidos temporalmente, e visando oito objectivos principais, (desdobrados em 8 metas mais específicas), a saber:

1. A redução pela metade da pobreza e da fome;
2. A universalização do acesso à educação primária;
3. A promoção da igualdade entre os géneros;
4. A redução da mortalidade infantil;
5. A melhoria da saúde materna;
6. O combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças;

---

18 Cf. PNUD (2003: 31 a 33).

7. A promoção da sustentabilidade ambiental;
8. O estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento.

Os desafios do Milénio foram aprimorados de modo que estejam actualmente em consonância com os **Objectivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) ou **Objectivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável**; são uma colecção de 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Os ODS são parte da Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas: “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que depois foi encurtado para **Agenda 2030**. As metas são amplas e interdependentes, mas cada uma tem uma lista separada de metas a serem alcançadas. Atingir todos os 169 alvos indicaria a realização de todos os 17 objectivos. Os ODS abrangem questões de desenvolvimento social e económico, desdobrados em:

1. Erradicação da Pobreza;
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável;
3. Saúde e Bem-Estar;
4. Educação de Qualidade;
5. Igualdade de Género;
6. Água Potável e Saneamento;
7. Energia Acessível e Limpa;
8. Trabalho Decente e Crescimento Económico;
9. Indústria Inovação e Infraestrutura;
10. Redução das Desigualdades;
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis;
12. Consumo e Produção Responsável;
13. Acção contra a Mudança Global;
14. Vida na Água;
15. Vida Terrestre;

16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes;
17. Parceria e Meios de implementação.

O parágrafo 54 da Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 25 de Setembro de 2015, contém os objectivos e metas. O processo liderado pela ONU, envolveu seus 193 Estados Membros e a sociedade civil global. A resolução é um amplo acordo intergovernamental que funciona como a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Os ODS baseiam-se nos princípios acordados na Resolução A/RES/66/288, intitulada “O Futuro que Queremos”. Este foi um documento não vinculante divulgado como resultado da “Conferência Rio+20” realizada em 2012.

Alguns permanecem pessimistas sobre o potencial para alcançar os ODS, especialmente por causa das estimativas do custo de alcançar todos eles, porém, certo progresso havia sido relatado em 2018. Por exemplo, menos crianças africanas com menos de 5 anos sofrem de desnutrição crónica e debilitação. No entanto, o mesmo estudo concluiu que é improvável que haja um fim para a desnutrição até 2030.

Propõe-se o PNUD reforçar esses compromissos, convertendo-os num Pacto de Desenvolvimento do Milénio<sup>19</sup>. Considerando que, de facto, a Humanidade enfrenta, actualmente, problemas muito preocupantes, que se convertem em desafios de uma enorme complexidade e que se podem transformar em autênticas bombas-relógio, capazes de destruir a Humanidade e a Vida na Terra, proponho, para efeitos da reflexão deste artigo, sistematizar esses problemas e desafios de uma forma diferente, considerando, além dos oito acima mencionados, outros não menos importantes.

Procurando ter em conta, não só aquela grelha, mas os dados proporcionados por outros relatórios, estudos, conferências e cimeiras organizadas nas últimas décadas para discutir e regular os aspectos mais importantes da evolução do Mundo, sugiro que se considerem os principais desafios do século XXI<sup>20</sup>, divididos em quatro grupos:

---

<sup>19</sup> PNUD (2003: 31).

<sup>20</sup> Por mim referir-me-ei apenas aos desafios deste início de século.

a) O desafio da Competitividade, traduzido no aumento extraordinário da concorrência entre agentes económicos, facilitada pelo desmantelamento ou afrouxamento das fronteiras nacionais e dos sistemas proteccionista tradicionais, tornando-os mais expostos a uma competição muito agressiva e com «armas» muito diferentes uns dos outros<sup>21</sup>. É o desafio económico que está a obrigar a profundas reestruturações nos sistemas de produção e consumo, nos perfis do emprego e na distribuição do rendimento<sup>22</sup>. Tem agravado as assimetrias entre os grupos sociais e entre os mais ricos (que ficam mais fortes) e os mais pobres (que ficam mais frágeis);

b) O desafio da Coesão Social ou da Solidariedade, visível na persistência das velhas formas de pobreza (sobretudo nos países subdesenvolvidos), na multiplicação de novas formas de pobreza e de exclusão social e no mal-estar social (sobretudo nos países desenvolvidos), que referi nos pontos 5 e 6, e no agravamento das desigualdades sociais à escala mundial e às escalas nacionais e infranacionais<sup>23</sup>. É o desafio social, em várias vertentes, que está a pôr em causa a segurança das populações. A não ou insuficiente resposta a este desafio pode provocar, em grupos numerosos da Humanidade, um sentimento de revolta e insegurança que gerará efeitos em espiral incontrolláveis<sup>24</sup>;

c) O desafio da Sustentabilidade, relacionado com a necessidade de evitar os custos ambientais do modelo de desenvolvimento anterior e de recuperar os ecossistemas degradados ou destruídos por uma atitude de prepotência e de arrogância na abordagem das relações com a Natureza, na utilização dos recursos naturais e na deposição de resíduos e outros produtos poluentes. É o desafio ambiental, para o qual só acordámos tardiamente. Só por si, a não consideração deste desafio e a não adopção de compromissos e medidas claras e determinadas, pode inviabilizar o futuro e mesmo a sobrevivência da Vida na Terra;

d) O desafio da Diversidade, expresso nas intolerâncias culturais e religiosas com que iniciámos, de forma muito contundente (com o 11 de

21 Decorrentes, por exemplo, de diferentes níveis de remuneração salarial ou de protecção social, de e (...)

22 Cf. Grupo de Lisboa (1994).

23 Cf. P.N.U.D. (1990 a 2003).

24 Não é o chamado terrorismo um destes efeitos? Não o são também as correntes migratórias desesperada (...)

Setembro de 2001, em Nova Iorque, e o 11 de Março de 2004, em Madrid) o século XXI. É o desafio do diálogo cultural, que está a ter custos muito elevados, porque, em nome do fundamentalismo economicista (e da eficiência), nos últimos 200 anos, se uniformizou e massificou o Mundo, dos pontos de vista económico, social, cultural, político e biológico.

Todos estes desafios estão diagnosticados (menos bem o último), nomeadamente através de estudos, relatórios e cimeiras e conferências internacionais realizadas nas últimas três décadas. Nas reuniões do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio, do G-7 (dos sete países mais ricos), do G-8 (os sete mais a Rússia) e no Fórum Económico de Davos (Suíça) discute-se a competitividade e a liberalização das trocas. Nas conferências do Cairo (1994), de Pequim (1995) e de Copenhaga (1995) e nos relatórios do Banco Mundial, da FAO, da OMS, do PNUD, da UNICEF e da União Europeia, tem-se discutido as questões sociais, a pobreza, a exclusão social, a demografia e a insegurança. Nas conferências de Estocolmo (1972), do Rio de Janeiro (1992) e de Joanesburgo (2002) e nos relatórios da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento e do Banco Mundial, foram inventariadas as situações mais problemáticas dos equilíbrios ambientais. A Diversidade é que ainda não foi objecto de encontros e relatórios.

Já se definiram inclusive soluções e compromissos, mas sem grandes resultados práticos, por falta de vontade política e de coerência nas decisões e acções. Falta, por outro lado, juntar estas quatro perspectivas num encontro único, numa visão integrada<sup>25</sup>. Por estas duas razões (falta de vontade política e de visão integrada), pode-se dizer que a resposta aos quatro desafios anteriores, exige um quinto, ou seja:

e) O desafio da Governança, da regulação integrada e da vontade política à escala mundial, mas também nas outras escalas territoriais (nacional e local).

---

25 No Fórum Social Mundial de Porto Alegre já se assumiu essa perspectiva, com alguns resultados inter (...)

Dada a natureza dos outros desafios, essa regulação deve apresentar os seguintes atributos: - ser integrada; - ser participada; - ser partilhada (em parceria); - ser avaliada permanentemente<sup>26</sup>. É, no fundo, o desafio político que surge como decisivo para ultrapassar os outros em conjunto. São, portanto, estes 4+1 desafios a que urge dar resposta actualmente para que haja futuro. Ora, é curioso e interessante constatar que o conceito de Desenvolvimento, como foi renovado nos últimos 30 anos, apresenta potencialidades importantes para enquadrar aqueles 4+1 desafios, na medida em que: - é multidimensional e, portanto, integrado; - valoriza capacidades e o «empowerment», facilitando a coesão social; - assenta na participação; permite o multiprotagonismo, e, por isso, estimula as parcerias; - visa a interdependência ambiental; - é multiterritorial; - promove a diversidade. É, portanto um conceito que «encaixa» bem naqueles desafios e na necessidade de Governança.

Entretanto, os paradigmas científicos de modernidade, que tinham contribuído, de forma decisiva, como se viu, para definir as características das sociedades industriais e dar conteúdo ao conceito de desenvolvimento a elas inerente, também estão em profunda alteração, provocando inclusive rupturas em relação a pilares fundamentais do conhecimento científico-tradicional.

Os novos paradigmas científicos que se perspectivam para a pós-modernidade parecem ir no sentido de: - assumirem a complexidade da realidade como desafio para um conhecimento de síntese e não exclusivamente analítico e por partes; - em consequência, valorizarem a interdisciplinaridade e a visão integrada, como complemento enriquecedor da disciplinaridade; - integrarem a emoção (e as intuições, os sentimentos e as impressões) como vector de conhecimento científico, em conjugação com a inteligência, lançando as bases de uma Ciência da inteligência emocional, em detrimento da visão racionalista dominante até agora; - abandonarem a obsessão tradicional pelas teorias do equilíbrio e pela referência permanente à ordem e à estabilidade, assumindo a teoria do caos, da instabilidade e da fractalidade, como matrizes

---

<sup>26</sup> É o que se pretende assinalar com o conceito de «accountability».

de dinamização da Vida; - substituírem os tradicionais modelos explicativos assentes em causalidades lineares e irreversíveis por abordagens sistémicas de causalidades múltiplas, complexas e reversíveis, admitindo as retroacções ou *feedbacks*; - passem de análises predominantemente microscópicas para as completarem com abordagens analíticas e sintéticas mesoscópicas e macroscópicas, mantendo a perspectiva do aprofundamento, e não apenas da generalização; - admitirem o conhecimento científico prospectivo (construído a partir da antecipação dos futuros, com eventuais rupturas em relação à evolução passada), e não apenas a segurança das retrospectivas já confirmadas e das previsões baseadas essencialmente no prolongamento das tendências do passado; - valorizarem a indução (a aprendizagem a partir da prática) como construção autónoma de novo conhecimento, em confronto e interacção com a tradicional dedução lógica, o que enquadra em novos moldes o binómio Investigação-Acção; - arriscarem a relativização de uma ciência tradicionalmente antropocêntrica (em que o Homem é o sujeito principal da produção de conhecimentos), para tactearem uma ciência ecocêntrica e biocêntrica (em que o Homem partilha conhecimentos com os outros seres vivos, convencionalmente classificados de irracionais e, portanto, sem capacidade de produção científica); - delinearem os princípios de uma epistemologia copulativa (ou do «e», ou ainda sincrética), em confronto com a epistemologia disjuntiva dominante (ou do «ou», ou do «terço excluído», opondo, por exemplo, as hipóteses de validação ou falsificação na metodologia da investigação, tal como Karl Popper a formulou).

Muitos destes novos vectores dos potenciais paradigmas científicos da pós-modernidade estão em consonância com as características dos novos conceitos de desenvolvimento, que surgiram nos últimos 30 anos (cf. ponto 7), e com as exigências das respostas aos 4+1 grandes desafios deste princípio de século (que vimos no início deste ponto). Nesse sentido, parece haver uma certa convergência entre as rupturas em curso na afirmação de novos paradigmas científicos e na redefinição do conceito de desenvolvimento, por um lado, e as exigências da regulação do futuro, por outro.



Em particular, parece-me de reter, deste conjunto de novidades ou rupturas paradigmáticas da ciência, os seis factores que melhor interagem com as reformulações actuais do conceito de desenvolvimento:

— A visão integrada e da complexidade, implicando interdisciplinaridade e trabalho em parceria;

— O conhecimento e a acção pela emoção e não apenas pela razão, sublinhando a importância dos factores e das competências relacionais nos processos de desenvolvimento e não apenas dos de ordem técnica;

— A assunção dos conceitos de caos e desordem, como estruturadores das dinâmicas de mudança, e, portanto, aconselhando a adopção de estratégias permanentemente flexíveis e criativas, o que remete ainda para o conceito de diversidade;

— A valorização da indução e da acção, no processo científico e nas interacções entre a teoria e a prática (prática-teoria-prática e não apenas teoria-prática-teoria, ciclo, neste último caso, dominado pela teoria);

— A aceitação herética da hipótese de uma ciência ecocêntrica, assumindo que os sujeitos do conhecimento não são apenas os cientistas, mas todos os «actores da realidade», o que implica a «democratização» do conhecimento<sup>27</sup> e, simultaneamente, reforça o princípio da acção participada, ambos pilares de uma cidadania mais ousada, para a qual a Ciência passaria a ser «convocada»;

— A referência a uma epistemologia copulativa ou sincrética, traduzível numa leitura da realidade sempre de dois lugares distintos<sup>28</sup> e, por consequência, numa Acção dinamizada pelo princípio da Contradição e num Desenvolvimento de Integração Sistémica<sup>29</sup>.

Podemos, pois dizer que, no essencial, os novos paradigmas científicos «confortam» os novos conceitos de desenvolvimento e abrem perspectivas

---

27 O que coloca em novos moldes a questão do «senso comum» na produção do conhecimento científico.

28 Cabe aqui referir o conceito de «Hermenéutica diatópica» de Boaventura de Sousa Santos, que exprime (...)

29 Que não se deve confundir com assimilação.

interessantes para encontrar soluções para os grandes desafios actuais da Humanidade e da Vida na Terra.

#### **1.4. DESAFIOS ACTUAIS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ANGOLA**

Um dos desafios do Desenvolvimento Local é a construção de nova institucionalidade, que pode ser visualizada através de uma nova cultura institucional (comportamentos e práticas) no interior das organizações do governo, da sociedade e do sector privado. Também podem ser vistas pelos novos códigos, signos, normas e regras que facilitem as relações e a comunicação entre os actores, bem como de novas estruturas organizacionais que facilitem a gestão dos interesses colectivos no território. A institucionalidade vigente foi se desenvolvendo e se consolidando/institucionalizando historicamente como resposta ao actual paradigma de desenvolvimento, e necessita ser repensada para o actual momento de mudança que atravessa a sociedade.

Essa nova institucionalidade deve ser resultado do avanço da consciência organizativa da sociedade, para possibilitar uma intervenção crítica, criativa e propositiva na determinação dos rumos das mudanças em curso.

O Estado precisa modificar e ampliar suas formas de relacionamento com a sociedade, permitindo, por exemplo, que empresas, sindicatos, universidades e organizações não-governamentais e comunitárias assumam co-responsabilidade nas acções de interesse público. Assim, a comunidade organizada define suas prioridades e administra recursos comunitários de forma eficiente e transparente. As formas de relacionamento entre o governo e a sociedade devem ser definidas pelo critério de interesse público, através de canais efectivos de participação, de representação, de negociação e de articulação desses interesses - muitas vezes conflitantes - bem como a monitoração dos compromissos, responsabilidade e resultados.

Na implementação de estratégias de Desenvolvimento Local, nova institucionalidade vem surgindo. Falamos aqui da institucionalização de

fóruns e conselhos de discussão, formulação e acompanhamento de políticas públicas, constituição de oficinas/agências de Desenvolvimento Local, estruturação de redes de actores sociais e produtivos, e trabalho em parceria e outra institucionalidade público-privada que favorece a organização e o Desenvolvimento Local/Regional.

Nesse nível, os processos de organização e de participação estão sendo estimulados e diversos segmentos e grupos sociais vêm respondendo a este estímulo, fazendo surgir estruturas de carácter institucional e social, as quais ainda se encontram em fase de aprimoramento, fortalecimento e consolidação. A presença política e social desses actores nos locais podem estabelecer novas relações de poder, ampliando a democracia e a cidadania.

A nova institucionalidade pode ser motivada por alguns grandes eixos de necessidades: concertação político-social em torno das estratégias de desenvolvimento, em especial para garantir a participação da população nos processos de planeamento; implementação e acompanhamento; prestação de serviços à população com mais eficiência, sejam sociais ou empresariais; e cooperação para empreender projectos especiais de interesse comum, a exemplo do problema do lixo, combate à violência e ao analfabetismo.

A experiência mostra que a consolidação de estruturas organizacionais, como nova institucionalidade, seja qual for o objectivo comum ou o grau de formalização, se dá a partir de uma definição clara do senso compartilhado de propósito (missão, visão de futuro), dos objectivos e resultados esperados, das regras de participação e responsabilidade dos integrantes, das formas de funcionamento operacional, entre outros. Podem ser constituídas em forma de fóruns ou conselhos, contratos de parcerias, redes de cooperação, entidades do terceiro sector e/ou consórcios intermunicipais, entre outros.

Não procuraremos aqui discutir e/ou apresentar nomes e formatos acabados de institucionalidade “necessária” ao desenvolvimento, pois se tornaria contraditório com a concepção básica dos princípios e da prática do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, que busca fortalecer a autonomia dos actores e territórios, para construir

seus próprios arranjos institucionais. No entanto, vale destacar algumas em formação, que têm se mostrado importantes para o desenvolvimento dos territórios apoiados, entre as quais destacamos:

✓ **PARCERIA, EQUIPAS TÉCNICAS E EQUIPAS LOCAIS:**

As Equipas Técnicas Interinstitucionais e/ou Equipas Locais, representam uma das formas através das quais se revela a “Parceria Interinstitucional”, e um dos grandes resultados, muitas vezes intermediários, do processo de mudanças que o desenvolvimento local busca. O carácter intermediário dessas estruturas se deve ao facto de que delas, muitas vezes, emergem outras estruturas mais amadurecidas, como os Fóruns/Comitês/Conselhos/Agências-Oficinas de Desenvolvimento Local, entre outros.

Portanto, as “Parcerias e as Equipas Técnicas Interinstitucionais e/ou Locais” são componentes importantes nas novas estruturas de articulação, coordenação e implementação de “Políticas Públicas” entre as ‘Instituições do Estado e a Sociedade Organizada’. As Equipas Técnicas representam uma das formas da capacidade de articulação e organização da oferta de serviços, o que exige da sociedade um aprimoramento na articulação e organização da demanda e da oferta de serviços.

Neste sentido, várias instâncias vêm se fortalecendo para cumprir esse papel: as formas de organização comunitária (associações que representam microrregiões), os sindicatos (a partir de uma ampliação do seu papel de articulação da luta política para uma acção mais propositiva no conjunto da sociedade), as organizações de segundo nível, como centrais de organizações comunitárias e espaços de integração de grupos de interesse (mães/idosos/jovens/mulheres).

As Equipas Locais de Desenvolvimento são formas embrionárias de exercitar a gestão compartilhada do território, pois articulam para uma acção em parceria, a oferta e a demanda de serviços e outras intervenções. É evidente que em muitos municípios espalhados pelo Brasil, já existem estruturas sendo criadas e fortalecidas para funcionar como espaços de gestão social.

Aos agentes externos, animadores de dinâmicas de Desenvolvimento Local, cabe articular-se com estas, e fortalecê-las. E não construir institucionalidades paralelas, como forma de referenciar sua actuação no território. É comum que se encontrem em municípios dois ou até três estruturas com nomenclaturas diferentes (Conselho/Comitê/Fórum de Desenvolvimento), porém, com as mesmas finalidades. São resultados de “acções” de agentes externos, focadas mais nos seus interesses, e não necessidades do desenvolvimento.

As Equipas Locais de Desenvolvimento, como (embriões) da gestão social dos territórios, exercitam no processo de apoio ao desenvolvimento, o planeamento e a gestão, e vão construindo gradativamente, entre as necessidades imediatas e os objectivos estratégicos, os perfis dos Planos de Desenvolvimento Municipal/Regional. A Equipe local deve ser mais valorizada como elemento preliminar de um processo de democratização, pois busca ampliar a representatividade e a legitimidade da sociedade, na construção do Desenvolvimento Local. Esses espaços se configuram como instrumentos pedagógicos sobre os quais se dá a capacitação de novas lideranças: gestores políticos e sociais, onde se exercita uma nova cultura de liderança.

### ✓ PLANOS, PACTOS, ACORDOS E AGENDAS

Se as Equipas Locais podem ser definidas como embriões de espaços de articulação da oferta e da demanda de serviços, são também embriões de “Espaços de Gestão Social do Território” que se formam sobre um propósito colectivo, negociado e pactuado pelo conjunto dos actores sociais, através de um Plano de Desenvolvimento Sustentável.

A capacidade de agir articuladamente com outras organizações e de compartilhar objectivos é uma das expressões da nova cultura institucional, que se expressa através do compromisso político com o desenvolvimento sustentável do território.

Os objectivos, os propósitos e as estratégias contidas no Perfil Sintético do Plano de Desenvolvimento Local, pactuado e construído participativa-

mente, determinam a acção dos actores. No caso das instituições públicas (não necessariamente estatais), elas passariam a actuar em resposta às demandas do local.

O Plano tem um sentido prático e político. É uma ferramenta de gestão, de negociação, de articulação, que orienta os acordos e compromissos entre os actores, representando um avanço na realização cidadã. Representa o pacto político do território, realizado dentro de um processo participativo e em espaços socialmente representativos e legítimos.

O Plano reforça a identidade e busca ampliá-la para uma “identidade de projecto colectivo”, representando a materialização do pacto do território, caracterizando a utopia colectiva capaz de sensibilizar e mobilizar as energias do território para sua realização.

### ✓ **COMUNIDADES/REDES SOCIAIS E EMPRESARIAIS**

É importante destacar aqui que um dos grandes desafios do Desenvolvimento Local é ampliar as formas organizativas da sociedade. A organização é resultado do exercício da solidariedade, do compartilhamento de objectivos, do avanço do capital social. Essas organizações podem ganhar diferentes configurações e responder a diferentes objectivos situados no campo político, social ou económico.

Dentre os aspectos contemplados no redesenho, é necessário ressaltar a inserção do desenvolvimento comunitário e as relações de género e geração, como componentes de capacitação e eixos importantes do processo metodológico de construção do Desenvolvimento Local. É o sentido do comunitário a base de qualquer organização ou estruturação em rede, visto que este sentimento se estrutura sobre a solidariedade e propósitos compartilhados.

### ✓ **AS OFICINAS/AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Vale ressaltar aqui alguns aspectos do papel das oficinas/agências locais de desenvolvimento, que são entidades encarregadas de coordenar e facilitar

a implementação da estratégia de Desenvolvimento Local. Em territórios com forte exclusão social e concentração de poder político e económico, elas assumem também o importante papel de articulação político-institucional, em torno das linhas estratégicas de desenvolvimento, funcionando como *ente* mediador e capacitador para a gestão participativa.

O outro papel de uma agência/oficina de desenvolvimento territorial é coordenar operacionalmente a oferta de serviços de apoio ao desenvolvimento produtivo, respondendo aos requerimentos da demanda de inovação das organizações sociais e de produtores urbanos e rurais, das micro e pequenas empresas do território (assistência técnica, informação de mercado, acesso a novas tecnologias, capacitação, financiamento, entre outros). Isso significa assegurar a territorialização das políticas públicas para a potencialização dos recursos endógenos.

A necessidade de construir territorialmente factores e serviços estratégicos – como a existência da informação tecnológica e empresarial, acessível territorialmente às organizações sociais e empresariais, seja de carácter individual, associativo ou familiar, urbanos e rurais – é uma questão vital para sua eficiência produtiva e competitividade, especialmente para os micro e pequenos empreendedores. A isso podemos chamar de “construção social dos mercados”, trabalhando o lado da demanda e da oferta, concomitantemente, no mercado de factores, bens e serviços, e até no mercado financeiro, no caso das organizações de microcrédito.

O processo de desenvolvimento produtivo de um território se caracteriza pelo estabelecimento de mecanismos e estruturas de inovações tecnológicas, informacionais e de gestão, que facilitem o estímulo e a continuidade das transformações económicas das actividades predominantes e potenciais da localidade, com capacidade para se inserir nas tendências empresariais do mercado. Exige, como base de sustentação, cooperação e confiança, isto é, capital humano e social.

Um outro papel que pode ser atribuído às organizações deste tipo é o apoio técnico na elaboração de projetos participativos, concebidos de forma

pactuada, para alavancar recursos e novos parceiros. A elaboração técnica de projetos deve respeitar a concepção estratégica pactuada nos espaços de concertação. E, sempre que possível, deve-se utilizar a capacidade técnica e empreendedora dos recursos humanos locais.

As Agências/Oficinas de Desenvolvimento Local respondem a um novo enfoque de desenvolvimento económico territorial, baseado essencialmente em um melhor aproveitamento do potencial de recursos endógenos. Trata-se de um novo instrumento de promoção económica e de desenvolvimento produtivo, empresarial e territorial, criado de forma “concertada” entre agentes públicos e privados locais.

Por isso, seu financiamento e viabilização dependem também de aportes públicos, e das associações, organizações empresariais, entidades financeiras públicas e privadas, nacionais ou internacionais. Sua estrutura administrativa deve ser flexível, em função das especificidades da região e do seu nível de desenvolvimento, e configurada através da representação dos diferentes actores.



## CAPÍTULO II – ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

### 2.1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COMBATE À POBREZA

O Programa Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural é um instrumento de intervenção do Governo, desenhado para a solução de três problemas nacionais, interdependentes, de elevada complexidade e impacto sobre a qualidade de vida da população e o desenvolvimento nacional: a pobreza, a mal nutrição e a baixa produção e produtividade da agricultura.

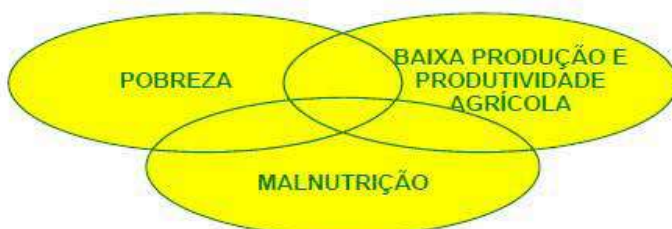


Figura 1 – Os Três Principais Problemas Nacionais

*Fonte: Ministério do Planeamento*

Esses problemas encontram suas raízes em factores históricos, no longo período de guerra enfrentado pelo país, em políticas públicas pouco eficazes e em traços específicos das dimensões demográficas, económicas, sociais e de infraestruturas nacionais.

O impacto desses problemas no desenvolvimento angolano pode ser sintetizado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, de 0,564 para 2007, conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, da ONU. Este resultado corresponde a uma verificação de progressos na melhoria da qualidade de vida do povo angolano, uma vez que promove o país da categoria de País de Baixo para Médio Desenvolvimento Humano, situando-o na posição 143, no contexto de 183 países do Mundo. A figura 1, ilustrada acima, apresenta um quadro comparativo dos IDH e dos principais

indicadores que o compõem, para Angola e para o conjunto dos países da região Subsahariana da África.

**Tabela 1 – Valores do IDH e dos indicadores competentes**

Região	Valor IDH	Expectativa de Vida ao Nascer (anos)	Taxa de Alfabetização (% idade 15 anos ou mais)	Taxa de Matricula Escolar %	GDP Per Capita (PPP US\$1.00)
Angola	0,564	46,5	67,4	65,3	5385
Sub-Sahariana	0,514	51,5	62,9	53,5	2031

*Fonte: Ministério do Planeamento*

A despeito dos progressos obtidos, o quadro de pobreza angolana, para sua redução ou mitigação, requer a continuidade e a intensificação de acções bem concebidas, transversais e intersectoriais, articuladas e avaliadas continuamente, sem esmorecimento, e que se insiram no próprio meio de promoção do desenvolvimento sustentado do país. A intervenção precisa ainda contemplar medidas de longo prazo combinados com acções emergenciais de curto prazo, estas direccionadas a reduzir o sofrimento das populações em situação de extrema pobreza.

De acordo com essa noção, foi concebido o Programa Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural, detalhado neste documento, e que se insere no contexto das propostas da Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), de 2022, e da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), de 2009.

### 2.1.1. EIXOS ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA INTEGRADO AO COMBATE À POBREZA E DESENVOLVIMENTO RURAL



Figura 2 – Eixos Estratégicos do Programa Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural.

### 2.1.2. OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Reduzir a pobreza da população angolana, promovendo o acesso ao alimento de qualidade e quantidade adequada, e aos bens públicos essenciais à vida – água potável, energia, saneamento e habitação e transformar Angola em um próspero, moderno, sem pobres e com um nível de desenvolvimento científico e técnico – cultura elevada. O cumprimento desses objectivos será medido pelos seguintes indicadores:

- Proporção da população com renda pessoal igual ou inferior a Kwanzas equivalentes a 2 Dólares americanos por dia;
- Proporção da população com renda pessoal igual ou inferior a Kwanzas equivalentes a 1 Dólar americano por dia;
- Proporção da população com, pelo menos, uma refeição por dia;
- Proporção dos domicílios com acesso a água potável, energia e saneamento;

- Proporção das famílias com habitação servida por condições sanitárias básicas.

**Tabela 2 – Objectivos Específicos do Programa, segundo os eixos estratégicos**

<b>EIXO</b>	<b>Objectivos Específicos</b>
– Acesso à alimentação e às oportunidades no meio rural	<p>Aumentar e diversificar a produção agropecuária e pesqueira de forma sustentável para melhorar os níveis de abastecimento alimentar da população e as suas condições de vida;</p> <p>Garantir a disponibilidade, a estabilidade e sustentabilidade da oferta de produtos alimentares em todo o território nacional;</p> <p>Promover o desenvolvimento socioeconómico da mulher rural e da periferia;</p> <p>Abastecer permanentemente de mercadorias a população rural.</p>
Alfabetização, Ensino Primário e Profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Reduzir o analfabetismo nas mulheres rurais;</li> <li>· Ampliar o acesso das crianças ao ensino primário nas comunidades rurais.</li> </ul>
– Saúde Básica e Preventiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Contribuir para a redução das taxas de mortalidade materna e infantil;</li> <li>· Contribuir para a melhoria da assistência à saúde, em nível primário, da população rural;</li> <li>· Diminuir os níveis de malnutrição na população;</li> <li>· Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água para consumo com vista à protecção da saúde pública.</li> </ul>
E4 – Acesso aos serviços Públicos Essenciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Promover o abastecimento em algumas sedes municipais, o número de agregação familiar servidos por electricidade de rede;</li> <li>Estender a rede de saneamento básico para diversos municípios e populações que integram grupos carentes. Ampliar o número de famílias em habitações apropriadas no meio rural.</li> </ul>

	<p>Garantir o fornecimento de energia eléctrica, com maior qualidade e regularidade;</p> <p>Promover a fixação das populações no meio rural e reordenamento rural;</p> <p>Construir infraestruturas sociais;</p>
E5 – Empreendedorismo e Crédito Rural	<p>Promover acções formativas para capacitar a mulher para os pequenos negócios;</p> <p>Difundir a cultura do empreendedorismo a práticas simples de gestão e controlo de negócios;</p> <p>Contribuir com a organização dos produtores para que estes possam ser receptores de serviços, meios e <i>inputs</i> com crédito e serviços financeiros;</p>
E6 – Solidariedade e Mobilização Social	<p>Promover e implantar organizações comunitárias;</p> <p>Mobilização das mulheres rurais para a promoção da cidadania e da saúde;</p> <p>Apoiar as iniciativas de Organizações Não-Governamentais e empresas dentro dos objectivos do programa.</p>

### 2.1.3. PREMISSAS RELATIVAS À CONSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS

A realização das metas fixadas no programa dependerá, além do esforço aplicado aos subprogramas, do comportamento dos factores de risco que, com tal, estão fora do controle das unidades executoras do programa, embora parte deles seja passível de controlo pelo Governo, graus variados de medida.

Uma lista dos principais factores a serem monitorados é apresentado a seguir:

- Crescimento económico com estabilidade;
- Capacidade de realização dos investimentos pelo Governo;
- Normalidade das condições climáticas;
- Normalidade dos fluxos internacionais de investimentos e do comércio internacional;

- Capacidade de oferta do crédito pelos bancos públicos.

## **2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COMBATE À POBREZA NO MUNICÍPIO DO LUBANGO**

Segundo o Relatório da Comissão de Luta Contra a Pobreza referente aos anos 2012-2014<sup>30</sup>, em termos de projectos/acções do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, durante este período de 2012 a 2014, a Administração Municipal do Lubango implementou um total de 25 (vinte e cinco) projectos tendo transitado alguns para o ano económico 2015.

Para melhoria das condições de vida da população do município, estavam integradas mais 1.540 (mil quinhentas e quarenta) crianças e adolescentes no sistema de ensino, com a construção e apetrechamento de 4 (quatro) novas escolas, sendo: 2 (duas) escolas financiadas pelo Fundo de Apoio Social (FAS) e reabilitação de outras 2 (duas), o que representava um aumento de vinte e duas 22 (vinte e duas) novas salas de aulas ao número já existente. Foi construída e apetrechada uma casa geminada na localidade da Nampanda, comuna da Huíla e reabilitação de 1 (uma) residência para professores junto à escola do Km 14, comuna da Huíla, visando contribuir na melhoria das condições de alojamento e acomodação dos professores, perfazendo assim um total de duas residências.

O Município do Lubango, no âmbito do reforço educacional, fez a distribuição da merenda escolar à 12.720 (doze mil setecentos e vinte) alunos, num total de 1.679.040 (um milhão seiscentos e setenta e nove mil e quarenta) merendas durante o ano, o que permitiu durante o ano lectivo diminuir o índice de absentismo.

A nível dos Serviços Municipalizados de Saúde, foram concluídos e apetrechados dois postos de saúde na localidade do Nondjiwe, comuna da Quilemba e outro no Unene, comuna da Huíla e estava na fase conclusiva um centro de saúde na sede comunal do Hoque.

---

30 Trechos dos Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014

No âmbito das infraestruturas, a nível do Município do Lubango, reabilitou-se 1 (um) Posto de Saúde na povoação do Chém-Chém, comuna do Hoque, 1 (uma) escola de duas salas de aulas e 1 (uma) residência do tipo T2 no Km 14, Comuna da Huíla no âmbito do PMIDRCP.

**Tabela 3 - Projectos de Reforço Institucional**

N.º	Designação	N.º de Beneficiários	Ano	Localidades
1	Construção e apetrechamento da Administração Comunal	32.363	2011	Quilembe
2	Ampliação e apetrechamento da Administração Comunal	90	2012	Hoque
3	Reabilitação do Centro de Amblíopes e Cegos	90	2012	Bº Nambambe
4	Reabilitação do Canil gatil	500	2012	Bº Lalula
5	Construção da Administração e do Posto Policial do Mercado do Rio Nambambe		2012	Sede Comunal do Hoque
6	Construção de um Centro Comunitário Infantil	150 Crianças	2012	Sede Comunal do Hoque
7	Construção de uma Cozinha Comunitária	50 Pessoas	2012	Bº Tchavola
8	Construção de uma Cozinha Comunitária	50 Pessoas	2012	Povoação da Tcacala-Hoque
9	Construção de 10 jazigos no Cemitério do Mutundo	10 Famílias	2012	Bairro Nambambe
10	Reabilitação e apetrechamento da casa de função da Administração Municipal		2013	Bairro Comercial

11	Construção de 1 Jango Comunitário	20	2013	Sede comunal da Quilemba
12	Construção de 1 Jango Comunitário	20	2013	Sede Comunal da Quilemba
13	Reabilitação da casa Velório	1 Família de cada vez	2012	Bº da Mitcha
14	Reabilitação do Complexo da Nossa Srª do Monte		2013	Bº Dr. A. Agostinho Neto

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014*

Quanto às despesas efectuadas com as construções/reabilitações de imóveis, instalação de furos de água no âmbito do projecto “Água Para Todos” e com o fornecimento da Merenda Escolar, vide ao Mapa comparativo abaixo:

**Tabela 4 – Fornecimento de água e outros serviços**

N/O	Projecto ou Actividade	Natureza	Valor Inicial (KZ)	Valor Gasto (KZ)	Saldo (KZ)
<i>PMIDRCP</i>					
1	Projecto Água para Todos	Construção de Infraestruturas e Instalações	40.000.000,00	22.809.428,21	17.190.571,79
2	Construção de Infraestruturas Sociais	Construção de Imóveis	143.603.160,00	114.236.635,98	29.366.524,02



Políticas de Administração local

<b>3</b>	Construção de Infraestruturas Sociais	Serviços de Estudo, Fiscalização e Consultoria	10.808.840,00	7.326.190,17	3.482.649,83
<b>4</b>	Mobilização Social Cidades Limpas	Outros Serviços	5.952.381,00	5.952.381,00	0,00
<b>5</b>	Mobilização Social Cidades Limpas	Serviços de Ensino e Formação	5.952.381,00	5.952.381,00	0,00
<b>6</b>	Mobilização Social Cidades Limpas	Serviços de Limpeza e Saneamento	5.952.381,00	5.854.072,00	98.309,00
<b>7</b>	Operacionalização das Infraestruturas Institucionais	Combustíveis e Lubrificantes	2.440.000,00	1.877.108,19	562.891,81
<b>8</b>	Operacionalização das Infraestruturas Institucionais	Equipamentos de processamento de Dados	2.220.000,00	2.000.000,00	220.000,00

9	Operacionalização das Infraestruturas Institucionais	Outros Bens de Capital Fixo	5.400.000,00	5.290.865,00	109.135,00
10	Operacionalização das Infraestruturas Institucionais	Serviços Manutenção e de Conservação	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00
11	Operacionalização das Infraestruturas Institucionais	Serviços Manutenção Conservação	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00
12	Operacionalização Microfomento	Serviços de Ensino e Formação	600.000,00	569.165,21	30,834,79
13	Organização Produtiva das Comunidades	Outro Bens de Capital Fixo	6.403.761,00	6.049.157,79	354.603,21
14	Merenda Escolar	Viveres e Géneros Alimentícios	84.000.000,00	51.823.758,15	32.176.241,85
	<b>Subtotal:</b>		<b>316.182.904,00</b>	<b>232.415.353,00</b>	<b>83.767.551,00</b>

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014. O quadro a seguir espelha os valores totais do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza 2014, nos seus 4 (quatro) pontos, valores orçamentados, executados e o indicador percentual da execução.*

**Tabela 5: Valor global disponibilizado pelo OGE para o Município do Lubango, executado e o indicador percentual**

N/O	Projectos	Orçamentos	Executados	% de Execução
1	PMIDRCP	192.182.904,00	157.782.166,64	82,10
2	Cuidados p/ Saúde	191.520.000,00	164.877.678,71	86,08
3	Água para Todos	40.000.000,00	22.809.428,21	57,02
4	Merenda Escolar	84.000.000,00	51.823.758,15	61,69
<b>TOTAL</b>		507.702.904,00	397.293.031,71	78,25

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014.*

**Tabela 6 – Reforço da capacidade institucional**

Item	Em Cons- trução	Em Reabilitação	Em Ampliação	Concluídas
Administração do Mercado do Rio Nambambe	0	0	0	1
Administrações Comunais	0	0	0	0
Comandos Municipais de Polícia	0	0	0	0
Posto da Polícia do Mercado Rio Nangombe	0	0	0	1
Casas dos Administradores Municipais				1
Casas dos Administradores Comunais	0	0	0	0
Repartições de Serviços Públicos	0	0	0	0

<b>TOTAL:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
---------------	----------	----------	----------	----------

No âmbito do reforço da capacidade institucional, foram construídos e apetrechados 2 (dois) postos administradores no mercado do Rio, reabilitada e apetrechada 1 (uma) residência do Administrador Municipal.

Durante o período em balanço, não se verificou nenhuma formação/capacidade de quadros.

### Casas Evolutivas

**Tabela 7: Infraestruturas construídas e acções realizadas no âmbito do reforço institucional**

Nº	Comunas	Em Construção	Concluídas	Beneficiárias
1	Huíla	25	2	14
<b>TOTAL:</b>		<b>25</b>	<b>2</b>	<b>12</b>

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014.*

No Município do Lubango, está em curso a construção de 25 casas evolutivas na Sede comunal da Huíla.

### Acesso à educação

**Tabela 8: Dados sobre o acesso à educação**

Comunas	N.º de Escolas		N.º de casas para professores		Nº de Beneficiários
	Construídas Ou Em Construção	Reabilitadas ou em Construção	Construídas ou Em Construção	Reabilitadas ou em Construção	
	2	2	2	2	
<b>TOTAL:</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2.320</b>

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014.*

No Município do Lubango, foram construídas/reabilitadas e inauguradas 4 escolas, sendo: 3 (três) de seis salas de aulas a cada nas localidades da Mbanda, comuna da Huíla, Mutundo no Bairro do Nambambe, Bairro Ferrovia e 1 (uma) de oito salas de aulas no Km 14, comuna da Huíla.

Durante o ano em balanço, não se realizaram seminários de capacitação/refrescamento de técnicos no âmbito do PMIDRCP, mas sim, registou-se seminários de capacitação/refrescamento promovidos pelo Instituto de Formação da Administração Local (INFAL) e pelo fundo de Apoio Social (FAS).

### Merenda Escolar

**Tabela 9: Programa de Merenda Escolar e n.º de alunos beneficiários.**

Nº	Escolas	Nº de Escolas Seleccionadas	Nº de Alunos Assistidos	Quantidade Distribuída
1	Huíla	5	3.926	518.232
2	Hoque	4	1.616	213.312
3	Quilemba	6	4.507	594.924
4	Arimba	5	1.030	135.960
5	Sede	3	1.641	216.612
<b>TOTAL:</b>		<b>23</b>	<b>12.720</b>	<b>1.679.040</b>

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014.*

No Município do Lubango, o programa da Merenda Escolar assistiu um total de 12.720 (doze mil setecentos e vinte) alunos matriculados em 23 escolas abrangidos pelo programa.

## Serviços Municipais de Saúde (Cuidados Primários)

**Tabela 10: Equipamentos sociais da Saúde**

	N.º de Centros e Postos de Saúde		N.º de Casas para enfermeiros/médicos	N.º de arcas de frio para vacinas	N.º de meios
<b>Comunas</b>	Construídas ou em construção	Reabilitados ou em Reabilitação	Construídas ou Em construção		
<b>Huíla</b>	1				
<b>Hoque</b>	1	1		4	
<b>Quilemba</b>	1			3	
<b>TOTAL:</b>	3	1		7	

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014.*

No Município do Lubango, foram construídas, apetrechadas e inaugurados 2 (dois) Postos de Saúde e está em curso a construção de 1 (um) Centro de Saúde.

Quanto às despesas no âmbito dos Cuidados Primários da Saúde, realizaram se às seguintes actividades:

**Tabela 11: Valores orçamentados, gastos e o saldo por Natureza, bem como o Projecto/Actividade.**

N.º	Projecto/Actividade	Natureza	Valor Inicial	Valor Gasto	Saldo
1	Cuidados Primários de Saúde	Combustíveis e Lubrificantes	5.497.067,00	4.965.790,65	531.276,35
2	Cuidados Primários de Saúde	Material de consumo corrente especializado	101.578.666,00	95.575.549,12	6.003.116,88
3	Cuidados Primários de Saúde	Outros Materiais de Consumo Corrente	16.454.267,00	10.241.834,32	6.746.432,68
4	Cuidados Primários de Saúde	Outros Serviços	6.454.666,00	4.697.481,68	1.757.184,32
5	Cuidados Primários de Saúde	Serviços de Prestação e Vigilância	4.539.466,00	0,00	4.539.466,00

Políticas de Administração local

6	Cuidados Primários de Saúde	Serviços de Estudo, Fiscalização e Consultoria	3.581.867,00	0,00	3.581.867,00
7	Cuidados Primários de Saúde	Serviços de Manutenção e Conservação	39.970.667,00	39.626.214,12	344.452,88
8	Cuidados Primários de Saúde	Serviços de Transporte de Pessoas e Bens	5.497.067,00	5.000.000,00	497.067,00
9	Cuidados Primários de Saúde	Viveres e Géneros Alimentícios	7.412.267,00	6.081.975,57	1.330.291,43
<b>TOTAL:</b>			191.520.000,00	166.188.845,46	25.331.154,54

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014.*

### Água para Todos

**Tabela 12: População beneficiária dos projectos no município**

. cx	Projectos Concluídos (Hab.)	Projectos em execução (Hab.)	Total (Hab.)
Sede	1		1.500
Huíla	2		3.000
Quilemba	2		3.000
<b>TOTAL:</b>	<b>5</b>		<b>7.500</b>

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014*

**Tabela 13: Número de Projectos Concluídos e em Execução**

Comunas	N.º de Projectos Concluídos				N.º Projectos em Execução			
	P.A	P.S.A.	Chafarizes	Lavandarias	P.A	P.S.A	Chafarizes	Lavandarias
	5			1				
<b>TOTAL:</b>	<b>5</b>			<b>1</b>				

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014*

Durante o ano findo, foram concluídos e inaugurados **3 (três)** Pontos de Água (PA), **0 (zero)** Pequenos Sistemas de Distribuição de Água (PSA), **0 (Zero)** Chafarizes,  
**1 (um)** Lavandaria, etc...

### **Agricultura, Comércio Rural e Pescas**

No que concerne a agricultura, adquiriu-se 958 (novecentos e cinquenta e oito) mangueiras, 958 (novecentas e cinquenta e oito) laranjeiras, 1.000 (mil) plantas ornamentais e de sombra, 10 (dez) carroças, 100 (cem) charruas e 80 (oitenta) correntes, que foram entregues às comunas e, por sua vez, distribuídos aos pequenos agricultores.

Relativamente ao Comércio Rural, estão em curso as obras de requalificação do mercado da Batata-Doce na comuna da Huíla e foi inaugurado o mercado da sede comunal da Huíla e a entrega do mercado do Km 40, comuna do Hoque à população, após a conclusão da segunda fase, para um melhor exercício da actividade comercial e em condições aceitáveis.

### **Mobilização Social – Cidades Limpas**

No Município do Lubango neste domínio, fiscalizou-se o processo de recolha de resíduos sólidos a nível da cidade a cargo das 3 (três) empresas contratadas pelo Governo Provincial da Huíla para o efeito, nomeadamente: Huíla Recycling, Athal e Mobicar.

Ainda neste âmbito, está em curso a requalificação do jardim da rotunda do Aeroporto da Mukanka.

### **Infraestruturas Sociais e Vias de Comunicação**

A Administração Municipal do Lubango tem uma parceria com o Fundo de Apoio Social (FAS), que consiste no Reforço Institucional, Formação/ Capacitação de quadros e no apoio ao Desenvolvimento da Economia Lo-



cal. Na vertente do relatório Institucional, foram construídas, apetrechadas e inauguradas 2 (duas) escolas de 6 (seis) salas cada, sendo uma na localidade da Mbanda, comuna da Huíla e outra no Mutundo, bairro Nambambe e 1 (uma) casa geminada na localidade da Nampanda, comuna da Huíla.

## Resumo da Situação das Obras Executadas

**Tabela 14: Resumo global das Acções/Projectos do PMIDRCP.**

N/O	PROJECTOS	Custo Global (KZ)	% Execução Física	% Execução Financeira
1	Construção do muro de vedação da Escola 15 de Junho	9.744.087,90	100	100
2	Construção do muro de vedação da Escola de 8 salas no Km 14	17.863.885,50	100	100
3	Construção do muro de vedação da Cozinha Comunitária da Tchavola	6.312.750,00	0	100
4	Construção do muro de vedação da Cozinha Comunitária na Tchicala	6.312.750,00	0	0
5	Conclusão de 25 casas evolutivas na Comuna da Huíla	11.100.000,00	10	45
6	Reabilitação da Escola 428 no Bairro Ferrovia	23.883.463,83	100	80
7	Acabamento do Centro de Saúde na Comuna do Hoque	18.849.453,00	85	75
8	Reabilitação da residência da Administração Municipal do Lubango	2.105.144,57	100	100
9	Requalificação do Mercado da Batata-Doce, Comuna da Huíla	13.242.750,00	25	50
10	Aquisição de 3.000 plantas de mangueiras	1.985.500,00	100	100
11	Abertura de 1 furo de água a sistema solar na escola de 8 salas de aulas no Km 14	4.000.000,00	100	100
12	Abertura de 1 furo de água a sistema solar na localidade do Mutundo, Bairro Nambambe	5.060.127,00	100	100
13	Reabilitação do Posto de Saúde do Nondijwe	9.653.119,85	100	100
14	Construção do Posto de Saúde do Chém-Chém	400.000,00	100	100

## Francisco João Barros Leonardo

15	Reabilitação do Posto de Saúde do Unene	534.475,10	100	100
16	Vedação do cemitério da Tchavola	18.084.770,00	100	45
17	Construção do PIC-PEC	3.609.910,00	100	100
18	Reabilitação e apetrechamento da casa de função do Administrador Municipal	2.105.114,57	100	100
19	Construção das naves dos Mercados do Km 40 e da Sede Comunal da Huíla (2ª fase)	4.389.195,61	100	100
20	Requalificação do jardim da Avenida do Aeroporto	7.200.000,00	84	84
21	Transportação de 142 carris para construção de naves no Mercado do Rio Nangombe	514.500,00	100	100
22	Reabilitação da escola de 2 (duas) salas de aulas e 1 (uma) residência do tipo T2 no Km 14, Comuna da Huíla	18.223.573,55	100	32
23	Construção de Postos Administrativos e Policial no novo Mercado do João de Almeida	12.872.500,00	100	58
24	Aquisição de 100 (cem) charruas, 100 (cem) correntes e 10 (dez) carroças	3.600.000,00	75	56
25	Reabilitação de 1 (uma) loja na localidade do Nondjiwe Comuna da Quilemba	4.240.160,00	64	64
<b>TO-TAL:</b>	<b>205.887.230,53</b>			
9	Requalificação do Mercado da Batata-Doce, Comuna da Huíla	13.242.750,00	25	50
10	Aquisição de 3.000 plantas de mangueiras	1.985.500,00	100	100
11	Abertura de 1 furo de água a sistema solar na escola de 8 salas de aulas no Km 14	4.000.000,00	100	100
12	Abertura de 1 furo de água a sistema solar na localidade do Mutundo, Bairro Nambambe	5.060.127,00	100	100
13	Reabilitação do Posto de Saúde do Nondjiwe	9.653.119,85	100	100
14	Construção do Posto de Saúde do Chém-Chém	400.000,00	100	100
15	Reabilitação do Posto de Saúde do Unene	534.475,10	100	100
16	Vedação do cemitério da Tchavola	18.084.770,00	100	45

## Políticas de Administração local

17	Construção do PIC-PEC	3.609.910,00	100	100
18	Reabilitação e apetrechamento da casa de função do Administrador Municipal	2.105.114,57	100	100
19	Construção das naves dos Mercados do Km 40 e da Sede Comunal da Huíla (2ª fase)	4.389.195,61	100	100
20	Requalificação do jardim da Avenida do Aeroporto	7.200.000,00	84	84
21	Transportação de 142 carris para construção de naves no Mercado do Rio Nangombe	514.500,00	100	100
22	Reabilitação da escola de 2 (duas) salas de aulas e 1 (uma) residência do tipo T2 no Km 14, Comuna da Huíla	18.223.573,55	100	32
23	Construção de Postos Administrativos e Policial no novo Mercado do João de Almeida	12.872.500,00	100	58
24	Aquisição de 100 (cem) charruas, 100 (cem) correntes e 10 (dez) carroças	3.600.000,00	75	56
25	Reabilitação de 1 (uma) loja na localidade do Nondjiwe Comuna da Quilemba	4.240.160,00	64	64
<b>TO-TAL:</b>	<b>205.887.230,53</b>			

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014.*

### **Projectos sob financiamento do FAS**

**Tabela 15: Projectos sub-financiados**

Construção, vedação e apetrechamento de uma escola de 5 salas no Mutundo		100	100
Construção, vedação e apetrechamento de uma escola de 6 salas de aulas na Mbanda		100	100
Construção da casa geminada na localidade da Nam-panda		100	100

*Fonte: Relatórios Anuais da Administração Municipal do Lubango dos anos 2012-2014.*

## **2.3. A DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ANGOLA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

### **2.3.1. DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO EM ANGOLA – OS CAMINHOS E FUTUROS DO PROCESSO DE AUTARCIZAÇÃO NO CONTEXTO DE ANGOLA**

A Descentralização Administrativa, segundo Charles Debbasch, citado por António Rebordão Montalvo<sup>31</sup>, repousa de uma gestão pelos administrados dos assuntos que mais directamente lhes dizem respeito.

Segundo a história da descentralização, só por volta de 1830 o termo aparece na língua francesa, incorporado como “um princípio orientado da organização administrativa que associa os cidadãos as decisões que incidem sobre a sua vida”. A descentralização é, igualmente hoje, uma expressão muito utilizada no léxico político, constituindo um corolário da democracia política, porque fundada na ideia de lapidar a gestão dos assuntos públicos pelos cidadãos que com eles têm a “*most significant relationship*”.

Também em Angola é um assunto na ordem do dia, porquanto é um modelo inspirador há, pelo menos, 10 anos perseguido pelos angolanos. No quadro deste trabalho, buscaremos a sua conceptualização e enquadramento constitucional e o estudo das suas modalidades e matrizes, com exemplos o mais próximo possível da realidade angolana.

As vantagens e inconvenientes da Descentralização Administrativa, serão também objecto da nossa análise, para melhor aquilatarmos o caminho percorrido e o que nos falta percorrer em busca deste sonho, sem nos esquecermos das estratégias para o atingir, bem como um olhar sobre as ferramentas jurídico-constitucionais para nos abrigarmos dos perigos que espreitam, no percurso de ligação entre a descentralização enquanto modelo e governação local em Angola mais de acordo com as grandes construções teóricas.

31 O Processo de Mudança e o Novo Modelo da Gestão Pública Municipal, Almedina, 2003; páginas 71 e seguintes.

A Administração e Governação Local em Angola é uma temática que está na ordem do dia, não só pelo facto de entre nós merecer consagração constitucional, mas também pelo facto de no quadro da edificação do estado democrático de direito, o poder local<sup>32</sup> constituir uma das fórmulas de participação dos cidadãos na vida pública.

Enquanto o sistema de 3 órgãos, Serviços e Agentes Públicos, a Administração<sup>33</sup> e a Governação Local, deve assegurar em nome da colectividade a satisfação regular e contínua das necessidades de segurança, cultura e bem-estar dos cidadãos cujas demandas nos termos da Constituição e da Lei têm a obrigação de prover. Falar da Administração e Governação Local em Angola, impõe-nos uma brevíssima incursão sobre a evolução histórica das bases legais desde a independência nacional aos nossos dias.

Enquanto fórmula de exercício do poder de autoridade do Estado, a Administração e Governação Local do Estado, representa uma das melhores oportunidades de envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisões governamentais naquelas matérias que têm a ver com o seu quotidiano.

O poder local na Constituição da República de Angola e a análise comparativa sobre a temática na anterior Lei Constitucional mereceram também a nossa atenção, procurando ler a diferença conceitual e de abordagem sobre o poder local.

Assim, olhando para a Constituição em vigor, elencaremos o catálogo de princípios e identificá-lo-emos na ante-câmara das atribuições dos órgãos da Administração e Governação Local ao nível da Província e do Município, tal como no seguimento da carta magna estabelece a Lei n.º 17/10 sobre a Organização e Funcionamento dos Órgãos Locais.

A nossa abordagem sobre o tema que nos ocupa, não ficaria completa se não nos debruçássemos sobre o regime jurídico de delimitação de responsa-

32 Ver outros desenvolvimentos in Janaina Rigo Santin; Princípios Constitucional da Participação e Poder Local; Uma Análise a Partir do Orçamento Jurídico Brasileiro, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, n.º 10.

33 Ver outros desenvolvimentos in Carlos Teixeira; Direito Administrativo – Sumários Desenvolvidos 2011. <sup>34</sup> Ver artigos 27º; 57º; e 79º da Lei n.º 7/10.

bilidade de actuação entre a Administração Central e a Administração Local do Estado.

Quais são, então, as municipalidades que hoje têm condições de assumir as atribuições e competências decorrentes quer da Lei n.º 17/10 quer do Decreto Legislativo Presidencial n.º 6/10?

Poucas, mas na continuação desta análise, chegamos num futuro próximo aos dados mais definitivos e conclusivos, sobre a eficácia do processo de desconcentração, rumo à descentralização em Angola.

E porque a desconcentração e até mesmo a descentralização e as medidas de políticas públicas delas decorrentes apenas se manifestam eficazes e efectivas se forem acompanhadas da necessária transferência, não só de recursos humanos, mas também de recursos financeiros, dedicarem também breves palavras ao regime financeiro local, pelo menos, no que toca ao seu regime jurídico actual, ficando para um próximo estudo a análise efectiva do seu impacto ao nível da Administração e Governação.

### **2.3.2. CONCEPTUALIZAÇÃO DO PODER LOCAL *VERSUS* AUTARQUIA LOCAL**

A construção do conceito de poder local alicerça-se, necessariamente, num direito positivo em concreto, ainda que ele possa ser inspirado em realidades jurídicas alheias e de contextos históricos ou políticos de outrem.

Para o nosso caso, interessa analisar o conceito constante da Constituição da República de Angola, que mereceu do Legislador Constitucional a devida atenção dedicando-lhe o título VI e 3 capítulos e 13 artigos.

Olhando para o passado histórico-constitucional recente de Angola, veremos que mesmo a anterior Lei Constitucional tratava-o em termos conceituais de modo diferente. E este exercício de Conceptualização nos oferece é o trabalho que como académicos nos cabe.

Assim, o poder local é a luz da Constituição da República de Angola um fenómeno da esfera do poder político alicerçado na descentralização, tal como preceitua o artigo 213º.

A anterior Lei Constitucional<sup>34</sup> indexava o conceito de poder local a organização democrática do Estado, dando-lhe um reconhecimento e projecção de grande importância.

A actual Constituição da República de Angola, dá ao conceito de poder local uma valência tridimensional, ao consagrar três formas organizativas, todas sendo: as autarquias locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos, conforme disposto no n.º 2 do artigo 213º.

Seguindo de perto o Professor Doutor José Melo Alexandrino<sup>35</sup>, ao analisar o conceito de poder local na Constituição da República de Angola, o texto constitucional assinala a dimensão do poder político (democrático e tradicional). Diferentemente do que ocorria na Lei Constitucional, o poder local tem hoje a ele dedicado na Constituição da República um título em separado.

Por conseguinte, o poder local, sendo na sua dimensão um poder político, não é, todavia, soberano (não podendo ameaçar a soberania do Estado unitário) devendo conviver com outros poderes, públicos, tradicionais e privados, assim como outros poderes administrativos do Estado, especialmente o de controlo, nos termos previstos no artigo 241º da Constituição.

Da leitura do texto da Constituição resulta ainda que o poder local pode derivar do ordenamento do Estado, mas democráticos e autónomos; de um ordenamento originário próprio e decorrente do exercício dos poderes tradicionais, ou de meros poderes legais de participação em actos, procedimentos, órgãos ou instituições.

Quanto às Autarquias Locais, já a anterior Lei Constitucional a ela se referia no artigo 146º, definindo-a como pessoas colectivas territoriais que

---

34 Artigo 145º.

35 Vide, o Poder Local na Constituição da República de Angola; os princípios fundamentais.

visam a prossecução de interesses próprios das populações, dispondo para o efeito de órgãos representativos eleitos e de liberdade de administração das respectivas colectividades.

Actualmente, é o artigo 217º da Constituição da República de Angola que o conceptualiza como pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos representativos eleitos das populações. Estão, pois aqui, implícitos os elementos Constitutivos do conceito de Autarquia Local<sup>36</sup>, designadamente: personalidade jurídica, comunidade de residentes, território, interesses próprios, carácter electivo dos órgãos e poderes locais.

### **2.3.3. REFORMA POLÍTICA, DESCENTRALIZAÇÃO E AUTARCIZAÇÃO**

As reformas políticas e do Estado, bem como da Administração Pública apontam o sentido da descentralização, tendo como antecâmara a desconcentração como demonstra a aprovação do instrumento jurídico regulador da delimitação de competências entre o Executivo Central e os órgãos locais da administração.

Este ensaio e o reafirmar recente dos compromissos com a descentralização e a autarcização como meio de democratização da gestão e da vida pública, ficaram sublinhados com intervenções do titular do departamento do Executivo angolano encarregue da administração do território, bem como do Eng. José Eduardo dos Santos na qualidade de Presidente do partido na altura dos factos que orientou a necessidade da implementação de políticas públicas sobre o poder local sustentado pelo Executivo.

Entretanto, a descentralização não pode ser encarada como um fim em si mesma, sendo antes um meio para si mesma, para a administração melhor

---

36 Ver outros desenvolvimentos in José Melo Alexandrino, *Direito das Autarquias Locais – Introdução, princípios e regime comum*.



servir a causa do desenvolvimento de Angola que todos ambicionamos e merecemos.

As exigências deste modelo organizacional não nos colocam só perante desafios de natureza infraestrutural, implica também a preparação da geografia humana que vai servir os órgãos locais autárquicos.

Neste particular, o Ministério da Administração do Território, através da sua instituição de formação, o Instituto de Formação em Administração Local e o Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, têm desenvolvido conjuntamente ou em separado, acções de formação profissionalizante e académico, com o propósito de atender as necessidades futuras da institucionalização das autarquias.

A construção do poder local autárquico obriga a preparação de servidores e infraestruturas para que, de modo eficiente, procedam a gestão dos limitados recursos públicos de modo a valenciar uma melhor qualidade dos serviços aos cidadãos que dele demanda.

Para o efeito, deverão ser preparados quadros e equipamentos sociais que de modo célere e eficaz respondam a demanda e sejam ágeis nos procedimentos.

A autarcização insere-se nos objectivos estratégicos da Constituição do Estado democrático de direito.

Quais são as vantagens e inconvenientes da descentralização e consequentemente da autarcização?

**Tabela 16: Vantagens e Inconvenientes da Descentralização.**

<b>Vantagens</b>	<b>Inconvenientes</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior eficiência e celeridade da administração.</li> <li>• Maior democraticidade.</li> <li>• Possibilitar maior proximidade das pessoas colectivas públicas em relação aos problemas concretos a resolver.</li> <li>• Especialização administrativa.</li> <li>• Facilitação da participação dos interessados na gestão pública.</li> <li>• Limitação do poder público, por via da separação vertical do poder</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proliferação de Centros de decisão, de patrimónios autónomos e de exigências de gestão financeira.</li> <li>• Alargamento do número de servidores públicos, técnicas para funções que exijam especialização.</li> <li>• Daqui pode resultar dificuldades de controlo e resvalar em ineficiências em concreto.</li> </ul>

*Fonte: Carlos Teixeira (2015).*

### **As atribuições das Autarquias Locais e as Competências dos seus órgãos “De Iure Condendo”.**

A Constituição da República de Angola consagra no artigo 219º atribuições e poderes funcionais nos domínios da educação, saúde, energias, águas, equipamento rural e urbano, património, cultura e ciência, transportes e comunicações, tempos livres e desportos, habitação, acção social, protecção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento económico e social, ordenamento do território, polícia municipal, cooperação descentralizada e geminação.

Para o exercício dessas tarefas e/ou missões, os órgãos autárquicos estruturar-se-ão em assembleia representativa com poderes deliberativos, composta por representantes locais, eleitos por sufrágio universal, igual, livre e directo; o executivo colegial com um presidente e secretários responsá-

veis pelos vários pelouros, nomeados pelo presidente do executivo municipal, sendo todos eles responsáveis perante a assembleia representativa.

A semelhança do que acontece com o executivo central e nos termos do artigo 220º, nº 4 da Constituição da República de Angola, o presidente do órgão executivo da autarquia é o cabeça da lista mais votada para a assembleia.

Esta solução resultante de escolhas constitucionais, coloca-nos perante o risco de transferências do poder partidário do nível central para o nível local, com as influências negativas que podem acarretar para a democracia participativa que se pretende mais apurada a nível local.

Este cenário colocar-nos-á perante a análise das feições da democracia no âmbito do poder local.

Da leitura dos artigos 217º e 220º, n.º 2 e 5 da Constituição da República de Angola, parece ter ficado claramente a opção pela democracia representativa, com alguns laivos da democracia participativa, nos termos da parte final do n.º 2 do artigo 213º que aponta para outras modalidades específicas de participação dos cidadãos nos moldes em que a lei ordinária o venha a permitir.

Não pude capturar da leitura do texto constitucional, qualquer disposição indicadora da consagração da democracia semi-directa, que tem a sua expressão marcante no instituto do referendo local.

#### **2.3.4. DESCONCENTRAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E AUTARCIZAÇÃO**

A autarcização do país, pressupõe doses significativas de descentralização, para cuja preparação poderemos socorrer-nos da desconcentração, princípio consagrado na Constituição da República de Angola, com especial amparo no seu artigo 199º.

Este modelo organizacional que as competências para a prossecução das atribuições de uma pessoa colectiva sejam repartidos por diversos órgãos.

Num outro olhar, José Eduardo Figueiredo Dias e Fernanda Paula Oliveira, entendem a desconcentração administrativa como o modelo organizacional em que o poder decisório se reparte entre o superior e um ou vários subalternos, com direcção e supervisão daquele<sup>37</sup>.

A desconcentração prepara a máquina administrativa para uma prestação mais eficiente, oferecendo respostas rápidas às demandas dos administrados, potenciando uma prestação pública de melhor qualidade.

As modalidades de desconcentração são várias, desde a horizontal, vertical, absoluta, relativa, originária ou derivada; em razão de critérios diversos, sobre os quais não nos referimos aqui, remetendo para autores como Marcelo Rebelo de Sousa/André Salgado de Matos<sup>38</sup> ou José Eduardo Figueiredo Dias/Fernanda Paula Oliveira<sup>39</sup>.

Com a endurance ganha no modelo desconcentrado e num estado de maturação adequado do modelo Constitucional, a descentralização pode ser o próximo passo.

Neste modelo de organização administrativa, operacionaliza-se execução de várias tarefas públicas por outras entidades administrativas diferentes do Estado e com autonomia jurídica, patrimonial, administrativa e financeira, mas também, e sobretudo, com a capacidade de gerir autonomamente tais assuntos públicos.

É, pois, para esse estágio, fundamentados no “princípio do gradualismo”<sup>40</sup>, que nós devemos preparar para a autarcização e seus desafios, com data já marcada para 2020.

Finalmente, pensamos que os limites geopolíticos actuais não são os mais adequados quando se enfatiza as iniciativas de Desenvolvimento Local.

37 Noções Fundamentais de Direito Administrativo, 2011 – 2ª Edição; Almedina, página 99 e seguintes.

38 Direito Administrativo Geral, Tomo I, 3ª Edição; D. Quixote, páginas 150 e 151.

39 Obra citada, página 99 e seguintes.

40 Conforme dispõe o artigo 242º da Constituição da República de Angola, a institucionalização efectiva das autarquias locais obedece ao princípio do gradualismo fundamentado em lei aprovada por órgãos competentes do Estado, com conteúdo das suas atribuições e aspectos referentes a transitoriedade nela também definidos.

O Município pode não ser a unidade mais representativa para o Desenvolvimento Local se forem levadas em conta as economias locais e suas redes de integração, os actores sociais envolvidos, os ecossistemas, e as bacias hidrográficas. Algumas iniciativas têm buscado resolver essa limitação espacial através de consórcios intermunicipais, principalmente no que se refere à gestão da qualidade dos recursos hídricos, usando como unidade de referência a bacia hidrográfica, e estabelecendo parcerias com a iniciativa privada, ONGs, associações de produtores, sindicatos rurais, etc.

As decisões conjuntas, a divisão de responsabilidades quanto aos recursos e execução de planos de acção, e o comprometimento das representações sociais têm conferido sucesso a essas iniciativas. Portanto, a gestão do espaço evidencia a necessidade de se manter uma certa flexibilidade na definição dos limites geográficos para as acções de Desenvolvimento Local, uma vez que os limites mais adequados podem variar com os objectivos a serem perseguidos.

## **2.4. AS IMPLICAÇÕES DA REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM ANGOLA**

Segundo o artigo de Belisário dos Santos (2015)<sup>41</sup>, o processo de administrativa do Estado em Angola está em debate. Várias têm sido as iniciativas de modernização da Administração Pública ao nível local. É o caminho que ainda deve continuar a fazer-se, caminhando.

A reforma administrativa tem sido caracterizada mais pela produção de leis do que pela aplicabilidade (prática) da respectiva legislação, ou seja, continua-se a observar práticas administrativas no sector público ainda pouco eficazes para prestação de serviços públicos de qualidade e capazes de satisfazer muitas expectativas e demandas dos cidadãos. Além disso, regista-se um défice, nas administrações municipais, recursos humanos com expertises necessárias para dar resposta aos novos desafios e responsabilidades que as administrações municipais vão recebendo do Governo Central, no quadro do processo de reforma da governação local (desconcentração).

<sup>41</sup> In ANGOLA - DEZ ANOS DE DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, 2015

O peso da reforma da Administração do Estado ao nível da Administração Local, justifica a necessidade da criação de um subprograma de reforma, que apoie o desenvolvimento de acções específicas, que impactem directamente nos processos administrativos ao nível local. Este aspecto ajudaria na simplificação de determinados procedimentos que presentemente ainda têm sido criticados pelo facto de serem muito burocráticos e lentos. Torna-se imperioso que adopte uma abordagem de administração pública ao nível local que coloque o cidadão no centro e seja prestadora de um serviço público de forma proactiva e inovadora.

Esta nova abordagem implica uma reforma acompanhada de um investimento forte na formação (PNFQ e papéis da ENAD e do IFAL) e de uma simplificação dos actuais procedimentos, alinhados com os princípios da reforma do Estado, nomeadamente nas áreas de procedimentos e burocracia; orgânica e funcionamento dos serviços públicos ao nível local; e gestão de recursos humanos; e dialogo concertado com os cidadãos.

A inexistência de um estado remuneratório equilibrado ao nível das diferentes categorias da função pública local, bem como o facto de ainda não ter sido criado o sistema de carreiras profissionais são dois dos factos que têm implicações na administração local.

Deste modo, por mais que se concorde em que a produção legislativa no quadro da reforma administrativa, irá continuar a contribuir para a modernização da administração pública em Angola, um dos maiores desafios que todo este processo enfrenta é o dos recursos humanos preparados, bem pagos e capazes de prestar um serviço público de qualidade, sobretudo, ao nível local. A razão deste desafio reside nas diminutas qualificações, especializações e gestão dos funcionários e respectivos serviços, o que leva a uma certa resistência à mudança de práticas e atitudes burocráticas e a um cumprimento limitado da actual legislação laboral pelos funcionários públicos.

As implicações e possíveis soluções da reforma administrativa ao nível da Administração Local, são objectos de atenção desta investigação, em que se fará breves reflexões acerca de algumas implicações da reforma adminis-

trativa, destacando práticas actuais que devem ser melhoradas e referências que demonstram as iniciativas do Governo angolano no sentido da promoção de uma Administração Pública Local cada vez mais descentralizada, participativa e inclusiva.

Deste modo, através do processo de desconcentração e descentralização administrativa, avizinha-se o possível caminho para o Desenvolvimento Local efectivo. Pois, com a participação dos agentes económicos locais na emancipação das potencialidades endógenas e através das Redes Municipais para o Desenvolvimento Regional potenciará o desenvolvimento do Estado angolano.





# **CAPÍTULO III - TRATAMENTO DA UTILIDADE DE ESTUDO**

## **3.1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DO LUBANGO**

O Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza no Município do Lubango foi implementado na base de orientações do Executivo angolano, que estendeu o mesmo para os 164 municípios do país.

### **3.1.1. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO**

A ocupação colonial do território angolano, decorreu até ao século XVIII, com base em fixações pontuais, determinadas pelas necessidades comerciais e defensivas. Apenas com a introdução das reformas pombalinas se verificou uma mudança significativa nas políticas coloniais, que passaram a contemplar a ocupação efectiva dos territórios, baseada no desenvolvimento agroindustrial e na constituição de novas povoações.

As condições favoráveis verificadas na Huíla para a prática da agricultura e para a instalação do homem ocidental, levaram a que, em 1769 se verificasse uma primeira tentativa de estabelecimento humano com a construção de um primeiro povoamento chamado Alba Nova, actualmente Comuna da Huíla.

O abandono das políticas pombalinas antes do final do século XVIII, levou a quase extinção deste povoamento que se julga ter dado origem, posteriormente à povoação da Huíla.

O Presídio da Huíla, que tornou possível uma maior afluência ao planalto, até aí dificultada pelo mau relacionamento com a tribo local. A vontade de aumentar a presença humana na Huíla começou a ganhar força na segunda metade do século, à medida que se tornou mais forte a pressão das principais potências europeias sobre os territórios coloniais portugueses.

O rápido crescimento verificado em Moçâmedes, que havia sido fundada em 1840, com as crescentes necessidades de bens primários que se acreditava poderem vir a ser produzidos na Huíla, reclamava, também, o aumento da presença humana naquela região e o seu desenvolvimento agrícola. Outros factores, ainda ligados ao fim do tráfico de escravos, à abolição da escravatura e à própria independência do Brasil, justificavam um maior investimento no desenvolvimento dos territórios coloniais africanos.

A ideia de estabelecer uma colónia no Lubango começou a ganhar forma a partir de 1881, altura em que se fixaram os *Boers*, no planalto da Humpata.

Após diversas tentativas oficiais de colonização na Huíla, todas elas fracassadas e sem resultar em mais do que a constituição de pequenos núcleos rurais, o sucesso da fixação dos *Boers* fez acreditar, novamente, que seria possível uma colonização efectiva da região.

A nova colónia deveria funcionar como a povoação de referência na região, concentrando em si os serviços necessários ao seu enquadramento administrativo e criando as condições de base ao seu desenvolvimento.

A escolha do “local” do Lubango decorreu, antecipadamente, à vinda dos colonos e atendeu às características existentes no local para a prática da agricultura de regadio e à proximidade face aos principais eixos de ligações ao exterior, em particular a Moçâmedes. De referir que o Lubango estava situado próximo do ponto em que chegava ao planalto a nova estrada de ligação a Moçâmedes (actual ligação pela Bibala).

### **3.1.2. FUNDAÇÃO DA COLÓNIA DO LUBANGO À ACTUALIDADE**

A construção da cidade de Lubango iniciou no final do ano de 1884, junto à confluência dos rios Mucufi e Mapunda, com o estabelecimento do primeiro grupo de colonos madeirenses. Para além do núcleo principal, onde se situou a maioria da população, verificou-se uma dispersão pelas áreas na envolvente, de acordo com as possibilidades de fixação e de exploração agrí-

cola.

De acordo com fontes orais, a designação de Lubango, provém de “*Luvango*”, nome pelo qual era chamado o soba da área, que mais tarde os europeus, ao aporuguesá-lo, passaram a chamá-lo de “Lubango”.

Segundo João de Almeida, em 1910, “*a população branca achava-se concentrada na Vila de Sá da Bandeira e em mais quatro núcleos na Povoação de Cima, Povoação de Dentro, Machiqueira e Mapunda*”.

Nas primeiras décadas, o desenvolvimento da colónia deparou-se com uma série de dificuldades que inviabilizaram um maior crescimento, devido ao desconhecimento da realidade local e à inadaptação das formas de cultivo utilizadas pelos portugueses à realidade na Huíla, nomeadamente da prática do minifúndio, por um lado, e, por outro, as deficientes ligações ao exterior, especialmente à Moçâmedes (Namibe), cuja ligação ferroviária era reivindicada desde os primeiros tempos da colónia. A inexistência desta infraestrutura constituiu, desde o início, um forte entrave ao abastecimento e escoamento de produtos e, como tal, à atracção de novos investimentos e circulação de pessoas para a região.

### **3.1.3. LOCALIZAÇÃO E LIMITES**

O Município do Lubango é limitado a Norte pelos Municípios de Cacula e Quilengues, a Sul pelo Município da Chibia, a Leste pelo Município de Quipungo e ao

Oeste pelos Municípios de Humpata e Bibala, este último pertence à província do Namibe.

### **3.1.4. DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

Administrativamente o município está dividido em cinco comunas, nomeadamente: Arimba, Hoque, Huíla, Quilemba e a Sede, não sendo de júri as duas últimas comunas. A comuna Sede é a mais populosa, estando divididas em 13 bairros, criados à luz da Resolução nº7/82, de 6 de Abril, da

então Assembleia do Povo (Mapunda, Mitcha, Dr. António Agostinho Neto e Comte. Nzaji, Ferrovia, Patrice Lumumba, Dak-Doy e 14 de Abril, A Luta Continua e Lucrécia, Comte. Kow-Boy, Nambambe, Hélder Neto, Tchioco, Valódia e Joaquim Kapango e Mbula Matady e Lalula.

### **3.2. DADOS GERAIS DA INVESTIGAÇÃO**

O Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza no Município do Lubango no período de 2012 a 2014 foi implementado numa extensão de 3.140 Km de superfície e teve uma cobertura de 60% para uma população estimada de 731.575 habitantes dos quais 381.757 são do sexo feminino (INE, 2014).

Todos aspectos que, por nós são apresentados, foram cuidadosamente seleccionados em conformidade com as regras de investigação científica, e em relação aos nossos inqueridos, procuramos manter o maior sigilo possível a respeito da entidade destes de modo a que não compromettesse os mesmos.

No âmbito deste trabalho científico, e como já fizemos referência, tivemos que incidir a nossa investigação em vários subprogramas do combate à pobreza com realce para os domínios da Educação, Saúde e “Água para Todos”.

#### **3.2.1. NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO**

Neste sector de grande importância social, foram traçadas estratégias que visaram alcançar determinadas metas que podiam, e de acordo às capacidades humanas, materiais e financeiras, ultrapassar algumas dificuldades, tais como:

- ✓ Reduzir o analfabetismo nas mulheres do meio rural;
- ✓ Assegurar a educação inclusiva e ampliar o acesso das crianças ao ensino primário nas comunidades;
- ✓ Evitar o abandono escolar através da distribuição da merenda escolar;

- ✓ Construção de mais salas de aulas para diminuir as crianças fora do sistema de ensino.

Com a implementação deste programa e, na base das metas traçadas para área da Educação, importa apresentar que vinte e três (23) escolas foram contempladas com o programa de merenda escolar e beneficiou 12.720 alunos do ensino primário tendo sido distribuídas cerca de 1.679.040 merendas cuja a satisfação dos inqueridos cifra-se em 70% e foram construídas duas escolas e, outras duas reabilitadas, beneficiando cerca de 2.320 alunos que mudou a vida das crianças no contexto escolar, isto em termos das condições de aprendizagem uma ordem de 70%.

### **3.2.2. NO DOMÍNIO DA SAÚDE**

Atendendo os grandes problemas que o sector da Saúde ainda enfrenta, e de acordo o programa de combate a pobreza, três (3) Centros de Saúde foram construídos e um (1) reabilitado, e houve um abastecimento permanente de medicamentos e pessoal, médicos e enfermeiros, que permitiu atender um universo de 25.000 pessoas, cujas metas foram as seguintes:

- ✓ Redução da taxa de mortalidade materna infantil;
- ✓ Diminuição dos níveis de mal nutrição;
- ✓ Garantir a segurança sanitária;
- ✓ Ampliar a rede sanitária através da construção de Centros e Postos de Saúde;
- ✓ Realizar, periodicamente, as campanhas de vacinação nas comunidades de forma a erradicar determinadas doenças, cujos indicadores destes serviços apontam para mais de 60% de satisfação embora exista ainda algumas dificuldades no tratamento de algumas doenças.

### 3.2.3 NO DOMÍNIO DO “ÁGUA PARA TODOS”

Tendo como pressuposto “água é vida”, e consciente das inúmeras dificuldades ainda vividas pelas populações, este subprograma permitiu às comunidades terem água mais próximo das suas zonas de residência. Mais de 7.500 pessoas foram contempladas e elevou a qualidade de vida aos beneficiários e cerca de 80% dos inqueridos mostraram satisfação por este programa que pretende alcançar as seguintes metas:

- ✓ Garantir água de qualidade para o consumo com vista a protecção da saúde pública;
- ✓ Combater as doenças de origem hídrica;
- ✓ Evitar que a população consuma água imprópria;
- ✓ Aumentar o número de furos de água para a cobertura do território do município tendo em conta a sua densidade populacional.

Importa ainda salientar não obstante que o nível de cobertura deste programa tenha atingido 60% do território do Município do Lubango verificasse que as comunidades ainda têm inúmeras dificuldades e necessidades dos principais serviços sociais daí ser necessário a continuidade do mesmo, embora o impacto em termos de satisfação considerasse positivo, mas ainda há que aumentar os serviços a fim de conferir melhor qualidade de vida as comunidades e, no caso concreto do Município do Lubango atendendo à densidade populacional que tem, deve ser, na nossa opinião, aumentado o orçamento do programa a fim de atender todo o seu espaço geográfico.

Nesse contexto, para melhor aferir o impacto destas áreas acima apresentadas e outras que fazem parte dos seis eixos estratégicos do programa, faremos em seguida apresentação dos gráficos que indicam o grau de satisfação ou o nível de avaliação do programa por parte dos inqueridos.

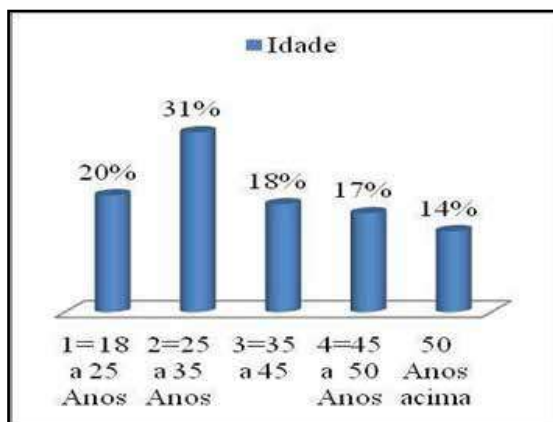
### **Gráfico 1 - Distribuição dos inqueridos por género**



*Fonte: Autor*

Assim, vimos que, em qualquer pesquisa aplicada, temos de medir o nível de participação do género, com o objectivo de podermos analisar a participação e a integração do género nas políticas de desenvolvimento social, bem como a colaboração do mesmo nos processos de tomadas de decisão a nível do país. É de notar que o género feminino, uma bastante significativa, o que indica que a nível da comunidade a posição da mulher é activa no processo de governação. Deste modo, começemos, então, com a apresentação dos resultados do nosso estudo, em relação ao género vimos que maior parte dos que foram inqueridos são significativamente do género masculino, isto com uma percentagem de 60% das entrevistas, ao passo que 40% dos mesmos corresponde ao género feminino, perfazendo um total de 100%.

### **Gráfico 2 - Distribuição dos inqueridos por idade**



*Fonte: Autor*

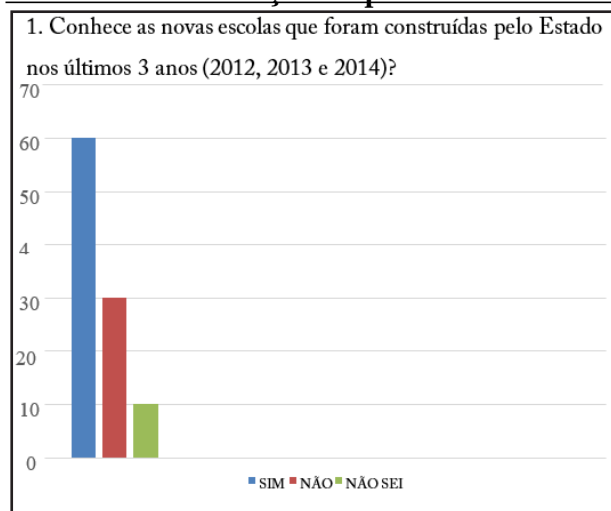
Visto que devemos também analisar a idade dos nossos inqueridos, com o objectivo de medirmos as faixas etárias mais activas, mas também com o objectivo de podermos medir a veracidade de algumas informações sobre as histórias que deram origem à determinados factos que serão por nós levantados e apresentados.

Em relação à idade, vimos que 20% dos inqueridos correspondem à faixa etária dos 18 aos 25 anos de idade, 31% dos mesmos, correspondem dos 25 aos 35 anos de idade, 18% correspondem dos 35 aos 45 anos de idade, ao passo que 17% correspondem 45 aos 50 anos de idade, e, outros 14% dos inqueridos, correspondem dos 50 anos para cima.

### 3.3. ANÁLISE DA EFICÁCIA DO PROGRAMA NO CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS ATRAVÉS DOS BENEFICIÁRIOS

#### A. ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PMIDRCP NAS COMUNIDADES:

**Gráfico 3 - Construção e Apetrechamento de infraestruturas**



*Fonte: Autor*

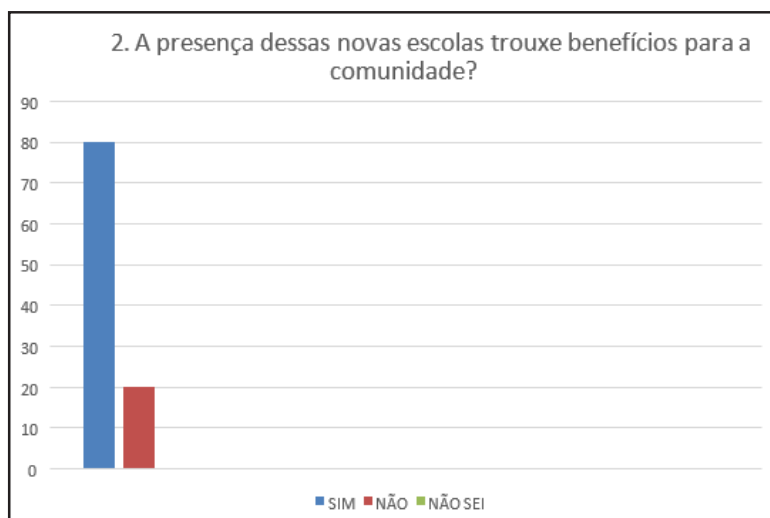
Os inqueridos conheciam as escolas novas numa proporção de 60% que disseram SIM, 30% NÃO e 10% responderam NÃO SEI. Neste gráfico,



verifica-se que os beneficiários conhecem a localização das escolas construídas e os benefícios que as mesmas têm em resolver a questão dos filhos que estudavam em condições menos boas em termos do processo docente educativo, esta percentagem elucida a importância da necessidade de construção de mais infraestruturas sociais para as comunidades.

Os que responderam que “não provavelmente” são aqueles que nas suas comunidades ainda não tem ou as escolas existentes não correspondem com a demanda tendo em conta o número elevado de crianças fora do sistema de ensino.

#### **Gráfico 4 - Benefícios da construção de novas escolas**

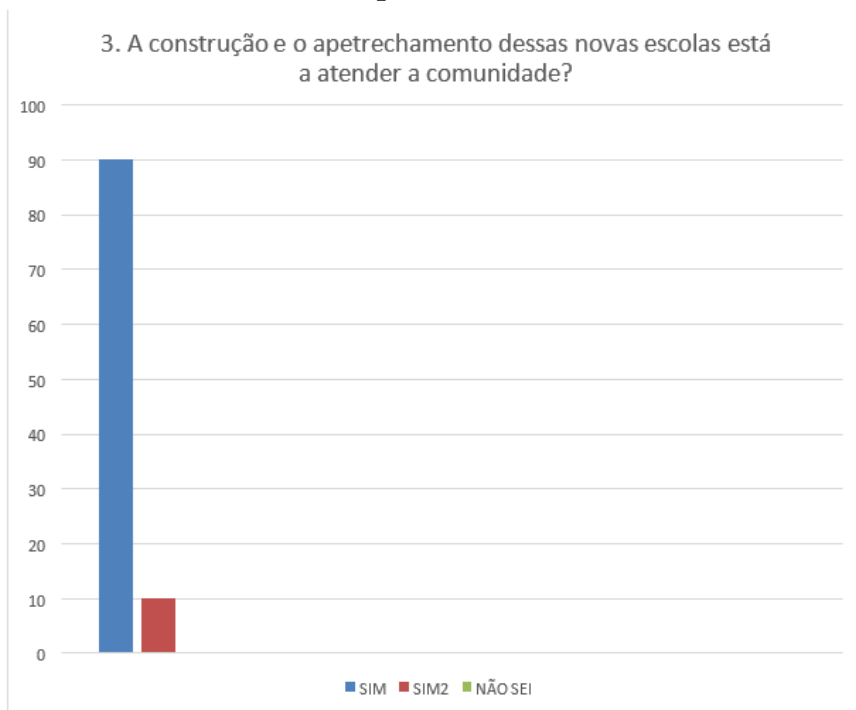


*Fonte: Autor*

Quando se constrói uma escola, normalmente a comunidade vê ultrapassada a necessidade de inserir as crianças no sistema de ensino. Pelo que, dos 80% que disseram SIM, houve benefícios, e 20% NÃO. Neste gráfico podemos verificar que há satisfação das pessoas em relação à construção de escolas e a opinião é quase unânime do grau de satisfação, porque o combate à pobreza, actualmente, os seus objectivos estão virados na erradicação da fome e da pobreza através da formação e empoderamento das comunidades

e a escola joga um papel importante neste contexto, sobretudo na aquisição de conhecimentos das novas gerações para potenciar as respectivas comunidades.

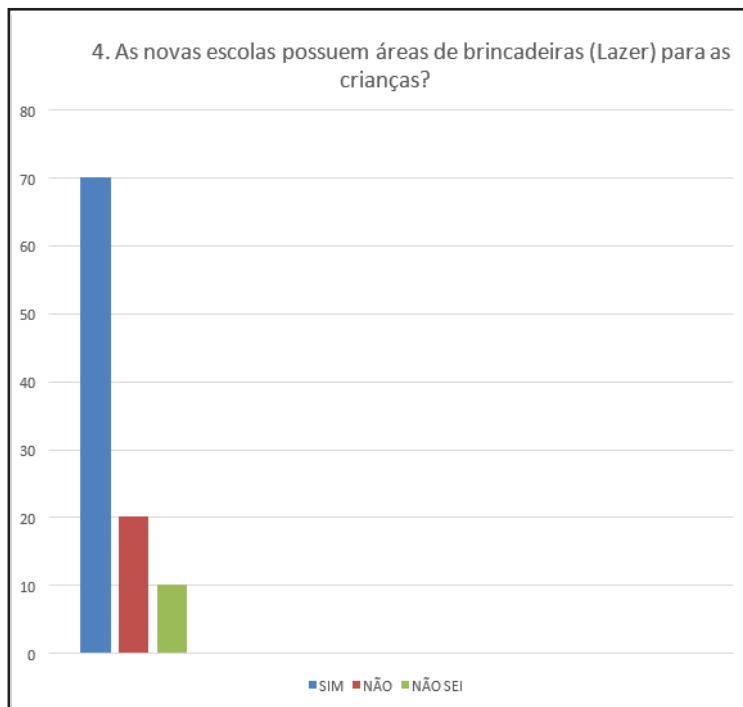
### **Gráfico 5 - Construção e apetrechamento das escolas**



*Fonte: Autor*

Os inqueridos responderam satisfatoriamente à pergunta na margem, onde 90% e 10% não acharam satisfatória o apetrechamento. Aqui, mais uma vez, fica patente o nível de satisfação em relação às condições que o programa apresenta em equipar as escolas com o mobiliário próprio e criar melhor comodidade das crianças no processo de aprendizagem.

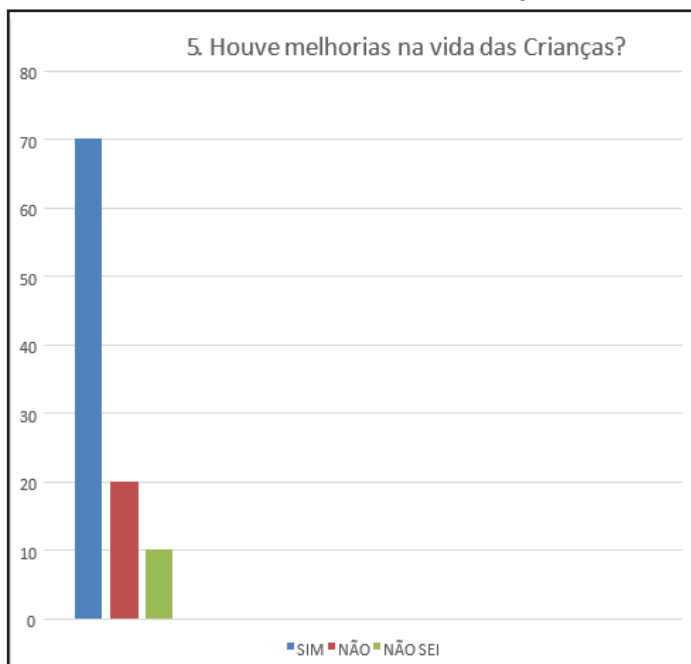
Nesta óptica, fica a impressão de que as comunidades têm a plena consciência de que os equipamentos escolares são fundamentais para melhor aprendizagem e cria motivação, não só aos alunos, mas também à própria comunidade.

**Gráfico 6 – Escolas com áreas de lazer**

Fonte: Autor

Normalmente, quando as políticas sociais têm impacto, a população fica satisfeita. Sendo que, 90% disseram SIM, 20% NÃO e 10% NÃO SEI. Na literatura pedagógica existem orientações de que os espaços de lazer de uma escola devem ser sempre maior que o espaço ocupado pela própria estrutura. Este pressuposto vem conferir melhor o ambiente escolar e melhor circulação de todos intervenientes no processo de ensino-aprendizagem, daí esta satisfação por parte dos inquiridos, qualquer programa a implementar deve obedecer critérios técnicos das áreas correspondentes.

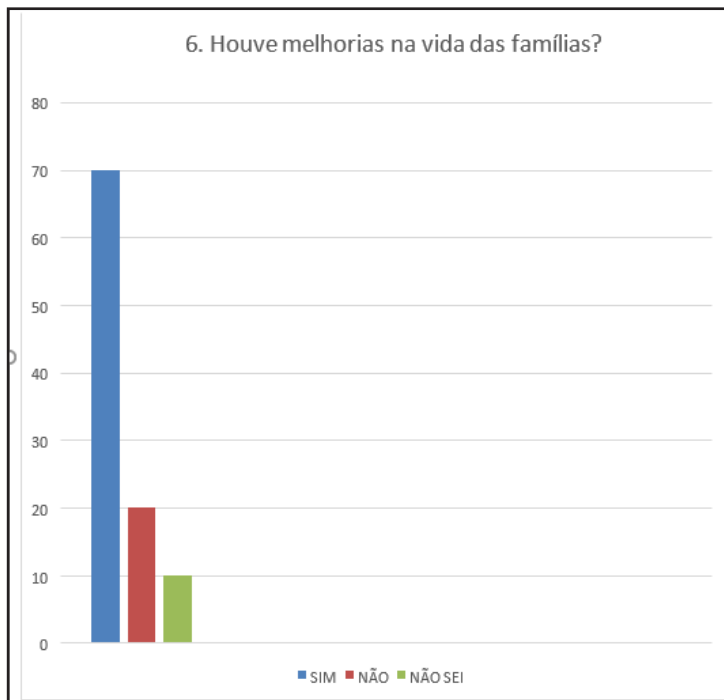
### Gráfico 7 – Melhorias na vida das crianças



Fonte: Autor

70% responderam que SIM, 20% NÃO e 10% responderam NÃO SEI. Mostra que realmente muda a vida das crianças no contexto escolar. De facto as melhorias são aquelas já mencionadas da satisfação e melhorias nas condições do processo de ensino, os que optaram por NÃO, tem a ver com a extensão das escolas para as suas localidades que o próprio programa de forma faseada vai atingindo as localidades que ainda carecem destes equipamentos.

### **Gráfico 8 – Melhorias na vida das famílias**



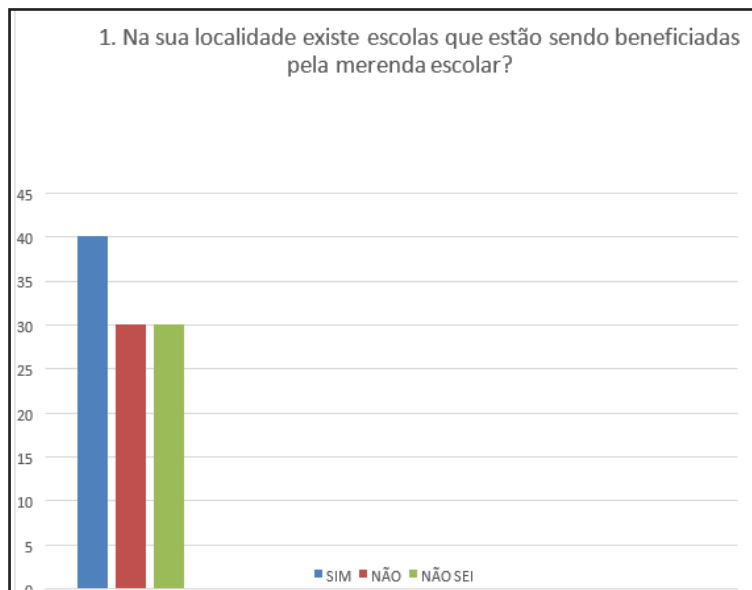
*Fonte: Autor*

E as famílias, normalmente, sentem as vidas melhoradas com este serviço social. Logo, 70% afirmam que SIM, 20% NÃO e 10% NÃO SEI.

O alvo do programa são as famílias. O seu empoderamento na busca de uma economia local, que permita sustentabilidade e que garanta o bem-estar das pessoas evitando que as infraestruturas existam apenas no meio urbano. Daí o propósito do programa ser do desenvolvimento rural e combate à pobreza.

## B. PROGRAMA MERENDA ESCOLAR

**Gráfico 9 – Merenda Escolar**

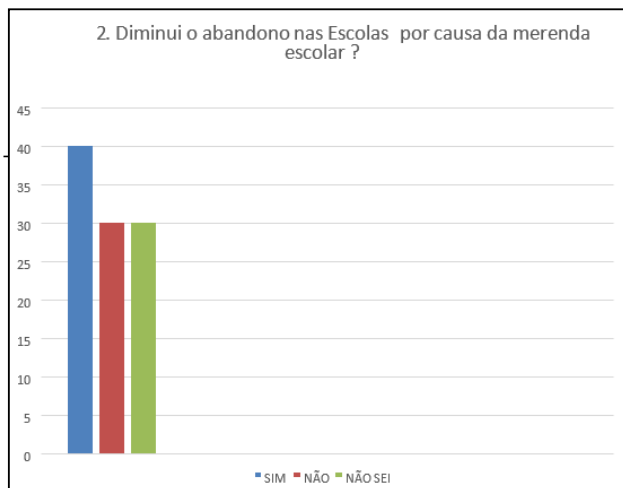


*Fonte: Autor*

Dos inqueridos, responderam que há sempre melhoria com este tipo de serviço social. Sendo que, 40% indicaram que SIM pelo facto de não ter sido universal, 30% NÃO, por residirem em zonas onde as escolas não foram afectadas pelo Programa e 30% ficaram na opção NÃO SEI por desconhecimento.

O Programa Merenda Escolar tem uma mais valia no que tange à permanência das crianças na escola. Tem estado a contribuir para a qualidade de ensino e também evita o abandono escolar, embora no Município do Lubango foi constatado que nem todas escolas beneficiam deste sub programa devido à escassez de recursos financeiros, ou seja, os valores disponibilizados não cobrem a rede escolar do município, por isso apenas 40% sentem os efeitos do Merenda Escolar. Contudo, deixamos a ideia de que a merenda escolar tornasse um indicador importante na melhoria do ensino em Angola, principalmente, para os filhos das famílias com rendimentos baixos e permite ampliar o acesso das crianças ao ensino primário nas comunidades rurais.

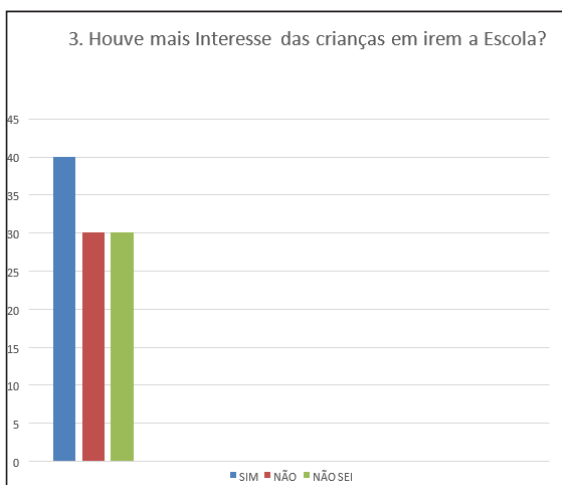
### Gráfico 10 – Abandono nas escolas



Fonte: Autor

Normalmente a merenda escolar tem impacto na luta contra o abandono escolar. Pelo que, 40% responderam SIM, 30% NÃO e 30%, NÃO SEI. Tal como frisamos no quadro anterior, este subprograma de combate à pobreza vem contribuir para reduzir o analfabetismo e o abandono escolar, as escolas abrangidas tem sido um exemplo na motivação dos alunos na frequência as aulas.

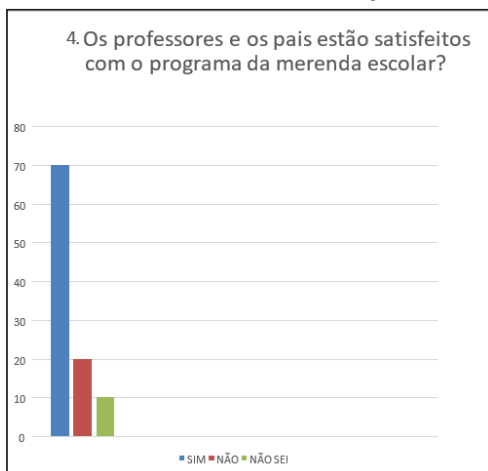
### Gráfico 11 – Interesse das crianças na escola



Fonte: Autor

O Merenda Escolar tem impacto na luta contra o abandono escolar. Pelo que, 40% responderam SIM, 30% NÃO e 30%, NÃO SEI.

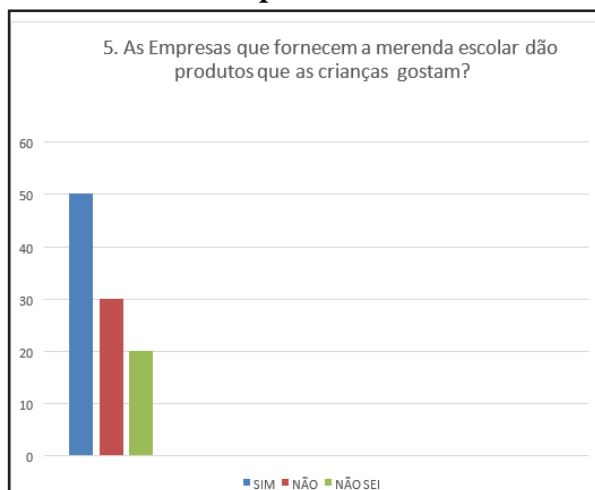
### Gráfico 12 – Grau de satisfação do Merenda Escolar



Fonte: Autor

Com o Merenda Escolar tem impacto no processo de ensino-aprendizagem. Pelo que, 70% responderam SIM, 20% NÃO e 10% NÃO SEI.

### Gráfico 13 – As Empresas fornecedoras da Merenda Escolar



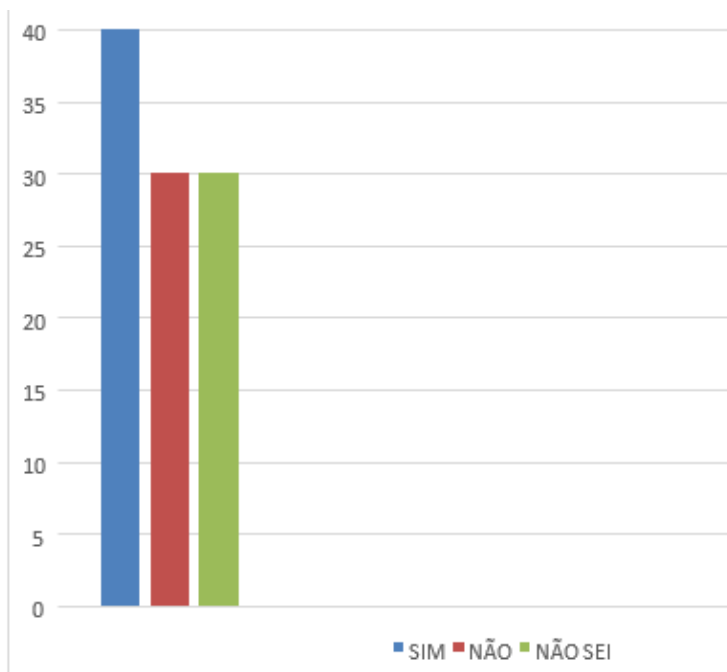
Fonte: Autor



Nem sempre as empresas correspondem com as expectativas das crianças. Pelo que, 50% responderam SIM, 30% NÃO e 20% NÃO SEI. Foi constatado que as empresas vencedoras do concurso da merenda escolar têm feito tudo para melhor fornecimento da merenda, mas tem havido a ideia de servir a merenda com os produtos locais, todavia não existe um consenso sobre o assunto, mas esforços de melhorias têm sido feito e verificamos que as escolas possuem cantinas para facilitar o fornecimento da merenda escolar.

### C. PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS

**Gráfico 14 – Construção de Furos de Água**

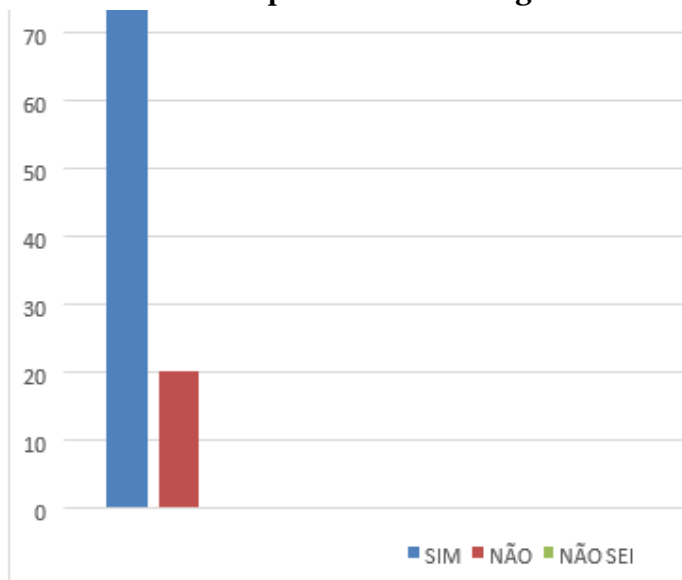


Fonte: Autor

Os inqueridos falaram da relevância da localização destes furos de água serem colocados próximos das residências. Pelo que, 40% responderam SIM, 30% NÃO e 30% NÃO SEI. O Programa Água para Todos tem permitido resolver a questão da problemática da falta deste precioso líquido, sobretudo em localidades deste município onde a seca tem sido um flagelo; mais de 50% da população clama por este precioso líquido a fim de garantir a sua subsistência e dos animais, há necessidade da abertura de mais furos de água e também a fim de diminuir doenças de origem hídrica.

Outro elemento importante que ao longo da investigação foi verificado, tem a ver com a obrigação de os empreiteiros construírem obras sociais com furos de água assim as escolas, postos e centros de saúde possuem água.

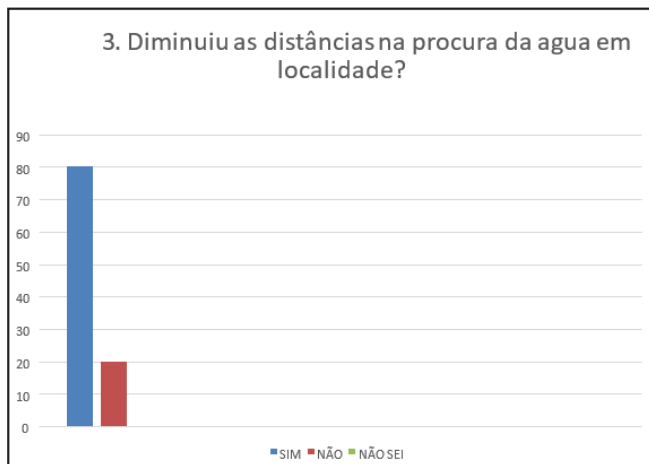
**Gráfico 15 – Grau de pertinência do Programa**



*Fonte: Autor*

A importância do Programa elevou a qualidade de vida das populações. Pelo que, 80% responderam SIM, 80% NÃO e 20%.

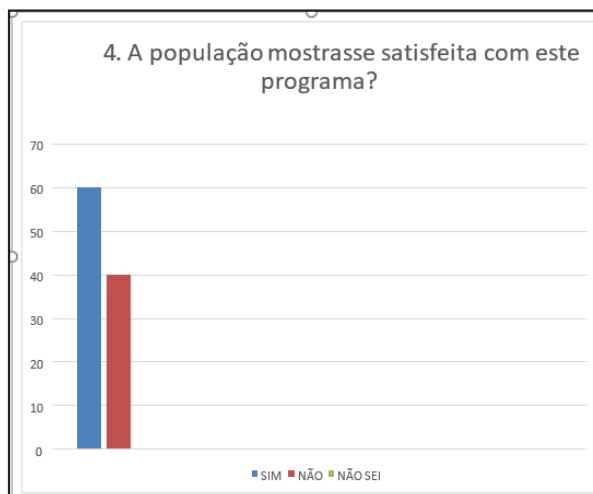
### **Gráfico 16 – A procura da água nas localidades**



Fonte: Autor

A importância do Programa elevou a qualidade de vida das populações. Pelo que, 80% responderam SIM, 80% NÃO e 20% NÃO SEI. Conforme podemos verificar que água torna a vida das pessoas mais saudável e reduz o grau de dificuldades na solução dos seus problemas.

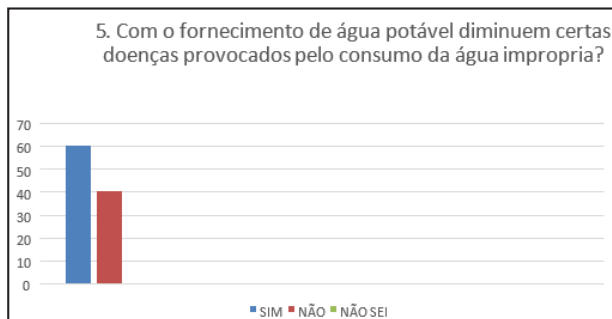
### **Gráfico 17 – Grau de satisfação da população**



Fonte: Autor

Os inqueridos falaram da relevância da localização destes furos de água serem colocados próximo das residências. Pelo que, 60% responderam SIM, 40% NÃO.

### **Gráfico 18 – Fornecimento de água potável**

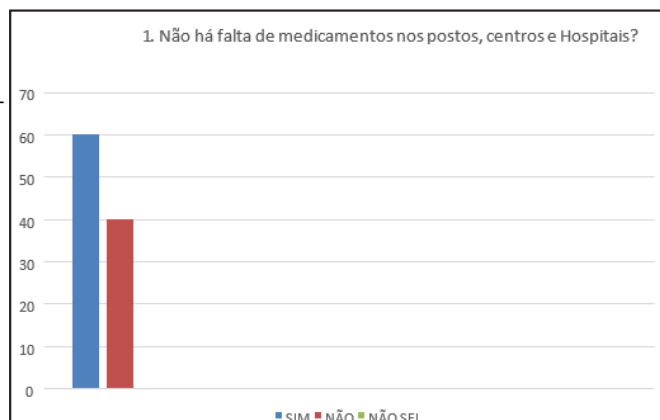


Fonte: Autor

Os inqueridos falaram da relevância da localização destes furos de água serem colocados próximos das residências. Pelo que, 60% responderam SIM, 40% NÃO.

## **D. CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE**

### **Gráfico 19 – Fornecimento de Medicamentos**



Fonte: Autor

Os inqueridos falaram da relevância da existência de medicamentos nas Unidades de Saúde. Pelo que, 60% responderam SIM, 40% NÃO. Na base das respostas dos inqueridos, denota-se que com estes serviços há redução das taxas de mortalidade materno-infantil, melhoria da assistência dos cuidados primários de saúde, garante a segurança sanitária e a saúde pública e diminui os níveis de mal nutrição.

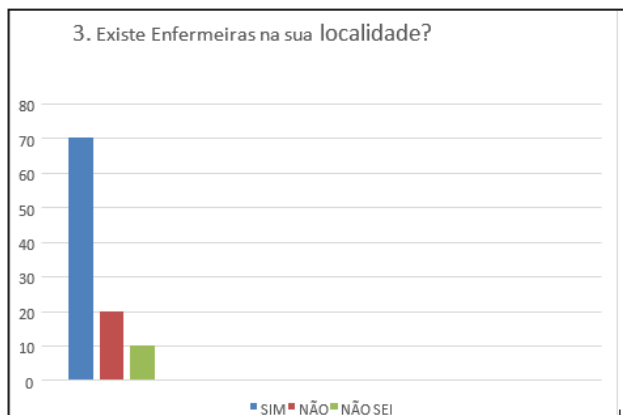
### Gráfico 20 – Serviços de apoio de emergência



Fonte: Autor

Os inqueridos falaram da relevância dos serviços de urgência. Pelo que, 30% responderam SIM, 60% NÃO e 10% NÃO SEI.

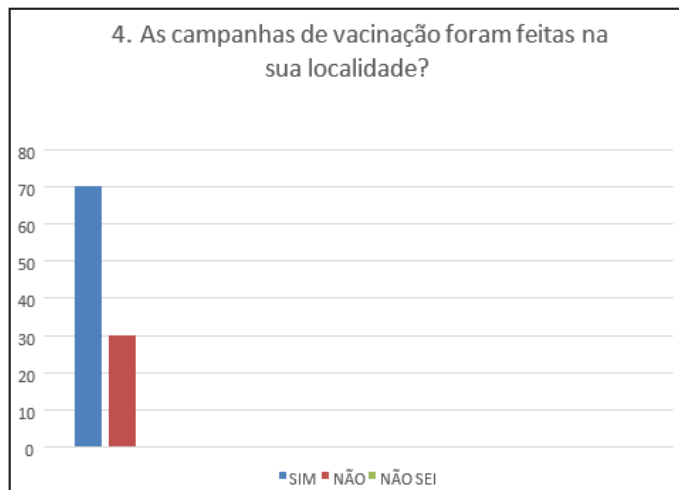
### Gráfico 21 – Pessoal de saúde



Fonte: Autor

Os inqueridos falaram da relevância da existência de técnicos de saúde nas unidades de saúde. Pelo que, 70% responderam SIM, 20% NÃO e 10% NÃO SEI.

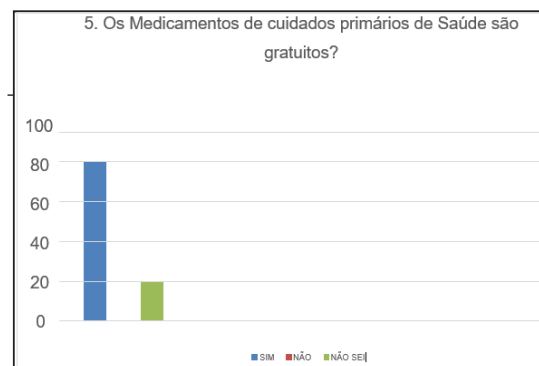
### **Gráfico 21 – Campanhas de Vacinação**



Fonte: Autor

Os inqueridos falaram da relevância das campanhas de vacinação. Pelo que, 70% responderam SIM, 30% NÃO. Neste gráfico verificasse que a cobertura das campanhas de vacinação tem sido um facto no Município do Lubango. As principais Campanhas de Vacinação têm tido uma cobertura de 90% do território e apuramos que graças à este programa diminui significativamente as doenças infectocontagiosa.

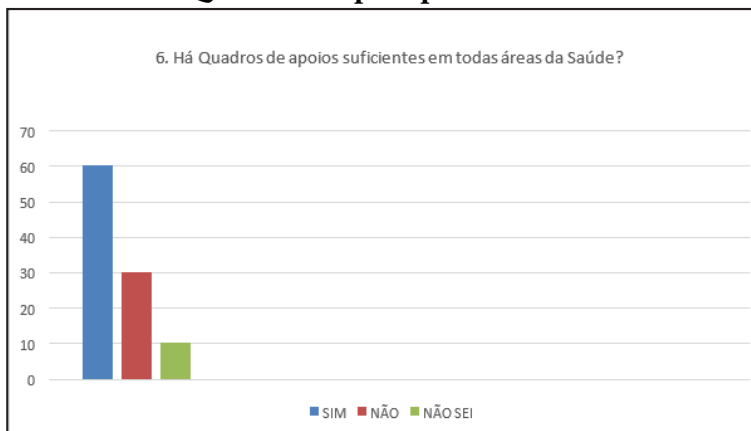
### **Gráfico 23 – Cuidados Primários de Saúde**



Fonte: Autor

Os inqueridos falaram da relevância da existência de medicamentos nas Unidades de Saúde. Pelo que, 80% responderam SIM e 20% NÃO. Foi confirmado que o programa dos cuidados primários de saúde prevê distribuição gratuita de medicamentos essenciais.

### **Gráfico 25 – Quadros de apoio para saúde**

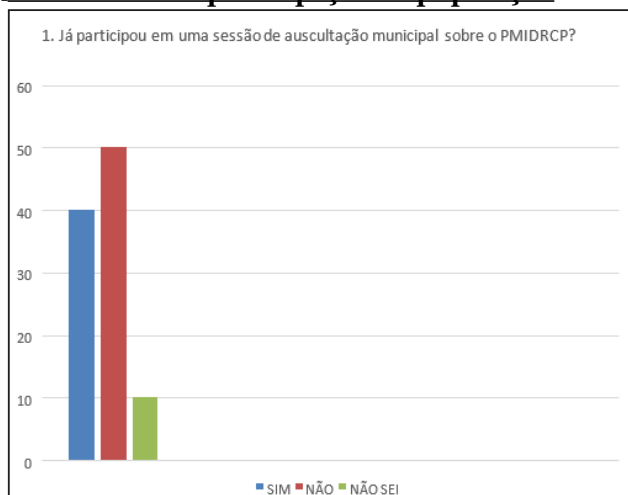


Fonte: Autor

Os inqueridos falaram da relevância da existência de técnicos de saúde. Pelo que, 60% responderam SIM, 30% NÃO e 10% NÃO SEI.

### **E. NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO**

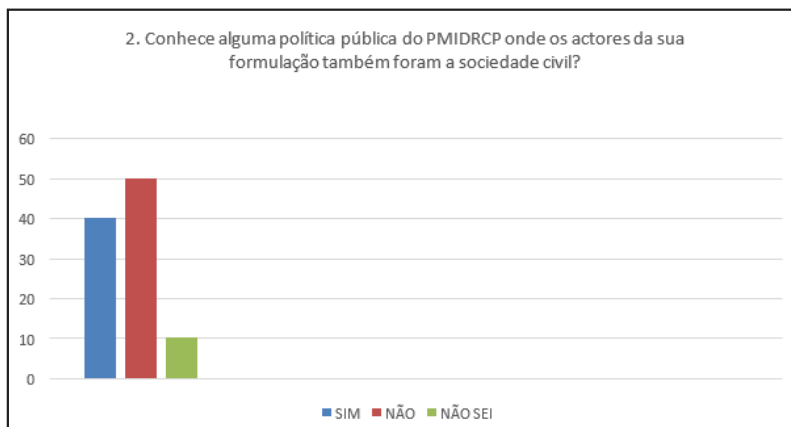
#### **Gráfico 26 – A participação da população**



Fonte: Autor

Os inqueridos falaram que houve pouca participação da população. Pelo que, 40% responderam SIM, 50% NÃO e 10% NÃO SEI. A gestão aberta e participativa faz parte da governação inclusiva onde os assuntos que dizem respeito às comunidades são levados a discussão pública através do conselho de auscultação e concertação social.

### **Gráfico 27 – Grau de envolvimento do PMIDRCP**



*Fonte: Autor*

Os inqueridos falaram da relevância da existência de políticas relacionadas com o programa. Pelo que, 50% responderam SIM, 50% NÃO. Há necessidade de maior divulgação do programa para o conhecimento das comunidades a fim de melhor entenderem a importância e os respectivos objetivos.



## F. NÍVEL DE CRESCIMENTO SOCIO-ECONÓMICO DO MUNICÍPIO DO LUBANGO ATRAVÉS DO PMIDRCP

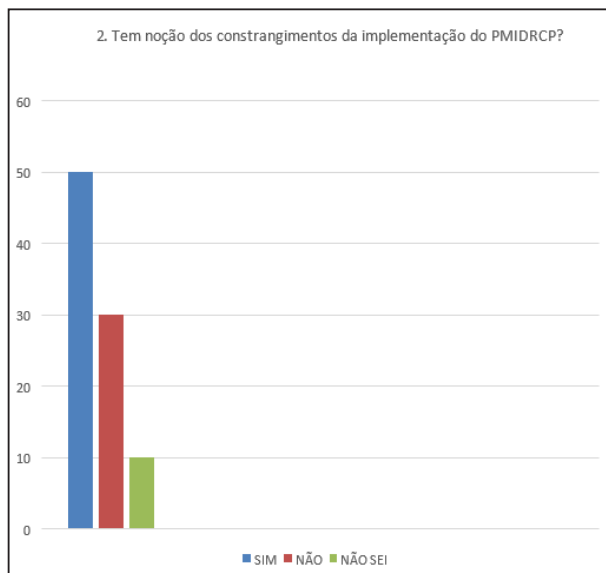
**Gráfico 28 – Impacto no crescimento sócio-económico do Município**



Fonte: Autor

Os inqueridos falaram da relevância da existência do programa. Pelo que, 60% responderam SIM, 30% NÃO e 10% NEUTRO.

**Gráfico 29 – Constrangimentos da implementação do PMIDRCP**

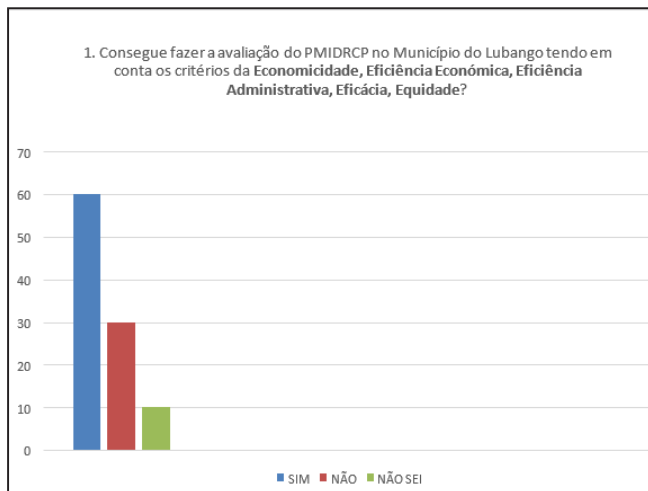


Fonte: Autor

Os inqueridos que houve falta de comunicação. Pelo que, 60% responderam SIM, 30% NÃO e 10% NÃO SEI.

## G. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COMBATE À POBREZA NO MUNICÍPIO DO LUBANGO, ANO DE 2014.

**Gráfico 30**



*Fonte: Autor*

Os inqueridos falaram da relevância do PMIDRCP para o desenvolvimento do município. Pelo que, 60% responderam SIM, 30% NÃO e 10% NÃO SEI. A divulgação do programa deve ser permanente e nota-se que, neste município, há um certo conhecimento da sua existência e dos objectivos do programa e a sua importância para as comunidades, porque o quadro de pobreza no país e a sua redução requer o desenho de idênticas estratégias transversais e intersectoriais articuladas e avaliadas continuamente a fim de aferir o seu impacto nas comunidades, tal como elas apresentam ideias mais concretas da sua existência em termos de avaliação.

## CONCLUSÃO

Com a apresentação deste trabalho académico, tendo em conta o tema escolhido, muitas são as vantagens encontradas desde a inclusão dos beneficiários aos programas a que são alvo, a inserção de subsídios valiosos dos aspectos fracos e fortes do programa provenientes num ângulo de perspectiva das populações e do governo local. Portanto, é de forma muito mais específica a questão que se coloca e o PMIDRCP implementado durante o período de 2012 a 2014 no Município do Lubango teve o seu impacto na vida das populações ou não?

Tendo em conta o nível de satisfação verificado pela mostra deste trabalho bem como os subsídios valiosos em termos de avaliação e sugestões que enriqueceram as metodologias de execução do mesmo, podemos afirmar que houve realmente impacto na vida das populações.

Concluiu-se que no Município do Lubango, no período 2012-2014, cerca de 60% da população foi beneficiada com o PMIDRCP, que trouxe consigo novas perspectivas de adequação das políticas públicas nacionais às particularidades locais, e dos espaços urbanos e rurais, em sua dimensão física, económica, social e cultural, respeitando, portanto, todos os preceitos do processo de desenvolvimento local ou sustentável, não obstante a crise económica e financeira que afectou o país cuja a concretização do programa não foi como se esperava.

Os projectos concebidos tiveram uma execução financeira na ordem de 78,24% com 64 projectos concebidos que permitiram aumentar o número de salas de aulas, que beneficiaram cerca de 2.320 alunos; a merenda escolar beneficiou 12.720 alunos, evitando o abandono escolar de muitas crianças; Programa Água para Todos com cinco projectos concluídos neste período e beneficiou 7.500 pessoas que viviam numa carência deste precioso líquido; a construção de dois Postos de Saúde que beneficiaram cerca de 1.500 pessoas

e um Centro de Saúde que atende 12.000 pessoas, todos estes equipamentos de saúde foram devidamente equipados com material hospitalar específico e com fornecimento periódico de medicamentos, para além do pessoal de enfermagem também há auxílio de médicos. Para além destas realizações há que destacar a intervenção do programa em várias áreas como comércio, agricultura, pecuária, saneamento, desporto e lazer, etc.

Esse processo reflecte também as inter-relações entre essas dimensões e a sua dinâmica, tendo sido acelerado pelas novas tendências da globalização, da descentralização, do planeamento e da gestão dos recursos financeiros disponibilizados para o Município do Lubango, com a participação dos actores sociais através do CACS, que demonstrou alguma capacidade de participação e sugeriram uma gestão eficiente dos projectos do programa. Tudo isso vem demonstrar valências da participação dos cidadãos na gestão da coisa pública quanto à sua adequação e desempenho na gestão das políticas económicas e sociais. Tendo havido também uma maior relação entre as actividades económicas, em cadeias e em estruturas de rede, e a transferência para o meio rural de muitas actividades de características tipicamente urbanas. Essas características, por sua vez, impõem novas dificuldades de se gerir os espaços com base apenas nos limites físicos já estabelecidos, bem como através de políticas rurais sectorializadas.

Em resumo, no nosso caso, a discussão pública permitiu avançar muito no sentido de incorporar as novas dinâmicas não-agrícolas, que estão presentes no espaço rural, assim como viabilizar formas inovadoras de gestão local, com a adopção da estratégia “*bottom up*”, que consiste da articulação verdadeira das iniciativas da sociedade rural agrícola e não-agrícola. Dentre os entraves para que isso ocorra, podemos citar: a vigência de uma política da modernização agrícola, actualmente menos calcada em instrumentos económicos e mais nas instituições públicas de ensino, de pesquisa e de extensão, que desempenham suas funções com o enfoque essencialmente agrícola, desconsiderando as possibilidades não-agrícolas já presentes no

mundo rural, como o turismo, comércio de mercadorias, artesanato, festas e feiras agropecuárias, entre outros. É pior de tudo: entre nós, ainda prevalece o corporativismo agrário tradicional – de corte sectorial agrícola, clientelista, elitizado, que não oferece perspectivas para a construção de um espaço local (e rural) a partir das bases (“*bottom-up*”) e com a “orquestração” de interesses desejada e necessária entre os diversos actores sociais, que viabilize a prática democrática e o exercício pleno da cidadania. Ao contrário: muitas das experiências de impulsar o desenvolvimento local esbarra no poder local dos grandes proprietários rurais que captaram todos e quaisquer novos fluxos de oportunidades, impedindo a emergência de novos actores sociais e de novas oportunidades de geração de emprego e renda fora dos padrões tradicionais das actividades agrícolas ali predominantes há décadas.

O PMIDRCP teve realmente algum impacto no Desenvolvimento Local a nível do Município do Lubango ao alcançar determinadas metas preconizadas, fundamentalmente nos problemas identificados nas áreas da saúde, água, merenda escolar, entre outros tais como fizemos referência anteriormente.

É importante referir que normalmente os programas têm os seus constrangimentos ou são envidados de impedimentos, pelo que, algumas propostas de encaminhamento para a solução desses entraves, destacam-se:

a. Estimular a implementação de programas e projectos de Desenvolvimento Local que possibilitem a emergência de novos actores sociais e um reordenamento territorial com a criação de novos espaços rurais que não sejam necessariamente confinados aos limites geográficos dos actuais municípios, de modo a introduzir outras variáveis económicas, sociais e ambientais que sejam mais coerentes com as oportunidades emergentes de actividades produtivas e de serviços;

b. Adoptar medidas de políticas públicas que efectivamente descentralizem programas e projectos, transferindo a responsabilidade pelo planeamento e gestão para organizações que actuam ao nível local;

c. Revisar a estrutura e a organização das três esferas do poder executivo – Estadual, provincial e municipal – para a divisão entre elas de atribuições, de coordenação e de execução, de modo a enfatizar a co-responsabilidade e a complementação institucional e financeira, eliminando-se sobreposições e conflitos de actuação e privilegiando-se políticas rurais intersectoriais;

d. Estabelecer mecanismos ou estruturas que promovam o processo participativo das diferentes representações dos actores sociais do meio rural – de segmentos agrícolas e não-agrícolas –, de modo a estimular a formação de consciência e o exercício democrático; deve haver o monitoramento e a avaliação periódica das acções programadas e implementadas, divulgando e discutindo os seus resultados com a comunidade, a fim de conferir transparência ao processo e de prezar pela sua continuidade mesmo diante das mudanças periódicas no poder executivo municipal;

e. Estimular a organização dos produtores e trabalhadores rurais por meio de associações ou cooperativas, no sentido de legitimar a sua participação nas tomadas de decisão; esta acção é muito importante, pois geralmente os segmentos mais desfavorecidos são os mais desorganizados;

f. Prover, principalmente aos jovens dos segmentos mais desfavorecidos do meio rural, educação formal e em áreas técnicas necessárias, de modo a capacitá-los não só para competirem no mercado de trabalho, como também para participarem do processo de discussão e decisão em igualdade com as representações mais fortalecidas;

g. Adequar e descentralizar a legislação ambiental federal referente ao meio rural, para facilitar o planeamento e as acções locais que conduzam à sustentabilidade;

h. Controlar a expansão da fronteira agrícola em áreas de ecossistemas frágeis e não transformados, e exigência de avaliações de impacto ambiental para quaisquer actividades económicas do meio rural, com base em métodos que privilegiem as características e parâmetros de cada local;

i. Introduzir medidas de estímulo à elaboração e à implantação de

agendas locais de gestão ambiental do meio rural, considerando o estabelecimento de mecanismos e recursos financeiros e de infraestrutura, tendo como referência a Agenda 22;

j. Introduzir mecanismos facilitadores ou proteccionistas, sempre que necessário, para a inserção dos produtos e serviços na economia local e nas cadeias e redes económicas intersectoriais das esferas regional e nacional, oferecendo maiores privilégios e oportunidades de diferenciação social aos segmentos menos favorecidos.

Podemos dizer que o Desenvolvimento Local é, acima de tudo, o exercício da cidadania, por isso não é um processo estático, mas um processo permanente de construção e de novas conquistas, não se restringindo apenas ao atendimento das demandas sociais básicas. Outro grande desafio refere-se à construção de políticas de desenvolvimento que consigam articular o projecto local com o projecto global, de modo a preservar o fim último que é a geração de renda e a diminuição das desigualdades sociais, transformando as dificuldades e obstáculos em oportunidades.

A total retirada da gestão central como agente regulador e fomentador não vai resolver os problemas sociais básicos dos municípios em desenvolvimento. O que deve haver é uma reorientação da actuação do Estado, com divisão clara de funções entre as diferentes esferas do poder público e entre as suas diferentes instituições, privilegiando a participação local e a consolidação de políticas públicas harmonizadas que viabilizem as demandas globais, regionais e locais.

Portanto, as novas tendências apresentadas quanto à globalização, à descentralização/municipalização, à gestão local (ou autarquia local) dos recursos naturais, e à organização dos actores sociais são mecanismos facilitadores do processo de Desenvolvimento Local, mas ainda apresentam muitas dificuldades e contradições para a sua viabilização, por terem que romper com uma cultura e uma estrutura organizacional pública que foi idealizada e construída com objectivos distintos dos que são actualmente apresentados. Nesta

óptica o programa de combate à pobreza produziu resultados animadores e cumpriu com alguns parâmetros.

- ✓ Desenvolvimento geral e inclusão social;
- ✓ Emprego e qualidade de vida principalmente nas comunidades;
- ✓ Crescimento da renda familiar através do empoderamento da mulher;
- ✓ Desenvolvimento da economia local;
- ✓ Diversificação da economia;
- ✓ Acesso às infraestruturas sociais e redução das distâncias que existiam na procura destes bens com menos crianças fora do sistema de ensino, mais água, menos enfermidades.

























## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. H. T. de. Federalismo e políticas sociais. In: AFFONSO, R.; BARROS

SILVA, P. L., org. **Federalismo no Brasil**: descentralização e políticas sociais. São Paulo: FUNDAP, 1996.

ARMITAGE, D. An integrative methodological framework for sustainable environmental planning and management (Forum). **Environmental Management**, v.19, n.4, p.469-479, 1995.

ARNALTE, E. La problemática rural en el Sur de Europa: líneas de análisis y temas de debate. In: JOURNÉE d'études: les territoires ruraux en Europe – questions de recherche. Paris: Centre d'Études et de Recherches Internationales, 1998. Mimeografado.

AIYAR, S. S.; PIRIOU-SALL, S.; MCLEAN, K.; WILLIAMS, M. **The political economy of democratic decentralization**. Washington, DC: World Bank-Agricultural & Natural Resources Department, 1996. 4p. (Toward Sustainable Production Systems and Rural Poverty Reduction. Dissemination Notes, 9).

BAVA, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.3, p.53-59, 1996.

BONANNO, A.; MARSDEN, T.; GRAZIANO da SILVA, J. Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI, J.S.B., org. **Globalização, trabalho, meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999. p. 341-366.

BROOKS, H. The concept of sustainable development and environmentally sound technology. In: ENVIRONMENTALLY sound technology for sustainable development. New York: United Nations, 1992. p.19-25.

(Advanced Technology Assessment System, 7).

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. p.47-57.

CAVALCANTI, J. S. B., org. **Globalização, trabalho, meio ambiente:** mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999. 366p.

DEL GROSSI, M.E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro:** 1981 – 1995. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999. 230 p. Tese de Doutorado.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS, Curitiba, PR.. Bases para um plano municipal de desenvolvimento rural: a realidade de Aratiba. **Conjuntura Agrícola**, n.74, p.21-32, 1996.

FAO. **La participación campesina en el desarrollo rural.** Santiago de Chile: FAO, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 1988. 241 p.

FLEISCHFRESSER, V. Manejo das águas, conservação do solo e controle da poluição em microbacias hidrográficas: análise da experiência paranaense. In: ROMERO, A.R.; REYDON, B.P.; LEONARDI, M.L.A., org. **Economia do meio ambiente:** teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas:

UNICAMP, Instituto de Economia, 1997. p.337-384.

GASTÓ, J.; VÉLEZ, L. D.; D'ANGELO, D. H. Gestión de recursos vulnerables y degradados. In: VIGLIZZO, E., coord. **Libro verde:** elementos para una política agroambiental en el Cono Sur. Montevideo, Uruguay: IICA, 1997. p.77-116.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. 153p. (Coleção Pesquisa, 1).

GRAZIANO DA SILVA, J. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M.A. da;

VILELA, S.L. de O., ed. **Globalização e sustentabilidade da agricultura**.

Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 1998. p.29-42. (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 15)

HUETING, R.; REIJNDERS, L. Sustainability is an objective concept. **Ecological Economics**, v. 27, p.139-147, 1998.

JENTOFT, S.; AARSAETHER, N.; HALLENSTVEDT, A. **Coping locally and regionally with economic, technological and environmental transformations**.

Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1995. (UNESCO. Discussion Paper Series, 8).

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, v.2, n.3, p.515-551, 1998.

LLAMBÍ, L.; ARIAS, E.; FREIRE, G. **Coping with globalization: new identities and responses of rural social agents in Latin America**. [S.l.: s.n.], 1997. Mimeografado.

MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v.11, n.3, p.285-296, 1995.

MARSDEN, T. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v.14, n.1, p.107-117, 1998.

MOREIRA, M. The firm and the state in the globalization process. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Lisboa, v.4, p.84-112, 1994.

MOYANO, E.; PANIAGUA, A. Agricultura, espacios rurales y medio ambiente. **Revista Internacional de Sociología**, n.19-20, p.127-152, 1998.

NAVARRO YÁÑEZ, C.J. Globalización y localismo: nuevas oportunidades para el desarrollo. **Revista de Fomento Social**, v.53, n.209, p.31-46, 1998.

ORTEGA, A.C. A relação rural-urbana na nova forma de governança estabelecida pelos comitês de bacias hidrográficas: o caso do comitê da bacia hidrográfica do

Rio Paranaíba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA

RURAL, 36. 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: SOBER, 1998. v.2, p.577-587.

PRETTY, J.N. Participation, learning and sustainability: emerging challenge for agricultural development. **Social Change**, v.26, n.1, p.7-33, 1996.

RATTNER, H. Globalização: em direção a um mundo só? **Estudos Avançados**, v.9, n.25, p.65-76, 1995.

REES, W. E. The ecology of sustainable development. **The Ecologist**, v.20, n.1, p.1823, 1990.

SARACENO, E. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: a European experience. **Políticas Agrícolas**, n. especial, p. 71-104, 1998.

SARACENO, E. Alternative readings of spatial differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy. **European Review of Agricultural Economics**, v.21, p.451-74, 1994.

SAVORY, A. **Holistic resource management**. New York: Westview Press, 1988. 564p.

SELIN, S.; CHAVEZ, D. Developing a collaborative model for environmental planning and management. **Environmental Management**, v.19, n.2, p.189-195, 1995.

TEIXEIRA, CARLOS. Novos Rumos para o Sector Publico, 2015.

VOLKER, K. Local commitment for sustainable rural landscape development. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v.63, n.2/3, p.107-120, 1997.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENTAL AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987. 400p.

YRUELA, M. P.; GUERRERO, M. M. G. Desarrollo local y desarrollo rural: el contexto del programa “Leader”. **Papeles de Economía Española**, n.60-61, p.219-233, 1994.

### **Sitografia, Legislação e Documentos do PMIDRCP**

Estratégia de Combate à Pobreza, Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica 2004 [https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa\\_das\\_Na%C3%A7%C3%B5es\\_Unidas\\_para\\_Desenvolvimento](https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_Desenvolvimento)

Lei Constitucional da República de Angola 2010

Relatório do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à

Pobreza do Município do Lubango 2013-2014

Relatório Síntese do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza dos Municípios da Província da Huila 2014



De que vale um conto, um romance, um poema preso na sua gaveta? Publique connosco!

É Sobre Nós: seu livro, nosso legado!

[geral@esobreler.ao](mailto:geral@esobreler.ao)

[@esobrenoseditora\\_oficial](https://www.instagram.com/esobrenoseditora_oficial)

Tel. +244 926 155 992 | +244 919 146 296

[www.esobreler.ao](http://www.esobreler.ao)